



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-UFFS**  
**CAMPUS ERECHIM**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**GABRIELA CHAGAS**

**A DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE MENINOS E MENINAS NA ESCOLA**

**ERECHIM**  
**2017**

**GABRIELA CHAGAS**

**A DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE MENINOS E MENINAS NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de grau de  
Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da  
Fronteira Sul – *Campus* Erechim.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Zoraia Aguiar Bittencourt

**ERECHIM**  
**2017**

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

Chagas, Gabriela

A desigualdade de gênero entre meninos e meninas na escola/ Gabriela Chagas. -- 2017.

57 f.

Orientador: Dr<sup>a</sup>. Zoraia Aguiar Bittencourt.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Pedagogia , Erechim, RS , 2017.

1. Desigualdade de gênero. 2. Problematizando gênero na escola. 3. Papéis de gênero na perspectiva de crianças. 4. Concepções de crianças sobre gênero, sexo e sexualidade. 5. Por uma educação feminista. I. Bittencourt, Dr<sup>a</sup>. Zoraia Aguiar, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**GABRIELA CHAGAS**

**A DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE MENINOS E MENINAS NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Zoraia Aguiar Bittencourt

Aprovado em: 14/12/2017

**BANCA EXAMINADORA**

Rodrigo Saballa de Carvalho

Prof. Dr. Rodrigo Saballa de Carvalho (UFRGS)

Paula Lindo

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Paula Vanessa de Faria Lindo (UFFS/Erechim)

Zoraia A. Bittencourt  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Zoraia Aguiar Bittencourt (UFFS/Erechim)

Dedico este trabalho a todas as pessoas que de uma maneira ou outra me apoiaram e incentivaram para estar na constante busca e luta por um mundo mais justo e igualitário.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu querido professor Dr. Rodrigo Saballa de Carvalho, o grande responsável pela minha formação, que nunca me deixou desistir, sempre esteve me incentivando e contribuindo, acima de tudo, para eu me tornar uma pessoa melhor.

As minhas amigas Daniê (que foi o melhor presente que a UFFS poderia ter me dado) e a Liah, que me auxiliaram com materiais e seu incansável apoio neste trabalho.

A professora Silvânia Regina Pellenz Irgang, que também foi muito importante na minha trajetória e me orientou no projeto deste trabalho.

Agradeço também a minha família, amigos e todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram e estiveram junto em minha caminhada, incentivando-me e apoiando em todas as minhas decisões, dando coragem para enfrentar os desafios em busca da concretização dos meus sonhos e objetivos.

A Universidade, funcionários, professores e colegas, e a todos que de alguma maneira me proporcionaram chegar até o final da graduação e nunca desistir, por ter a possibilidade de ter um crescimento acadêmico e pessoal, sempre me incentivando numa autonomia e reflexão crítica de mundo. E, principalmente, aos meus professores, que me deram autonomia, que me ensinaram a pensar, criticar, e não reproduzir.

Agradeço a minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Zoraia Aguiar Bittencourt, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e incentivando em minhas decisões, que sempre foi pra mim uma pessoa admirável, um exemplo de professora e pessoa. Agradeço por acreditar em mim, por todos os ensinamentos e por seu incansável apoio.

Ensine-lhe sobre a diferença. Torne a diferença algo comum. Torne a diferença normal. Ensine-a a não atribuir valor à diferença. E isso não para ser justa ou boazinha, mas simplesmente para ser humana e prática. Porque a diferença é a realidade de nosso mundo. E, ao lhe ensinar sobre a diferença, você a prepara para sobreviver num mundo diversificado.

Chimamanda Ngozi Adichie

## RESUMO

A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre a temática da *Desigualdade de gênero entre meninos e meninas na escola*. Considerando que a desigualdade de gênero é um tema que está ganhando cada dia mais espaço de discussão no âmbito escolar, faz-se necessário realizar um trabalho de análise e investigação sobre este tema. A escola precisa pensar no que pode fazer e no que pode contribuir para minimizar problemas futuros na questão da desigualdade e do preconceito, uma vez que muitas vezes a escola reforça e multiplica ao invés de combater e superar a desigualdade. Nessa direção, este trabalho busca entender como ocorre a desigualdade de gênero e como isso pode ser prejudicial para as crianças em seu desenvolvimento escolar, discutindo a desigualdade de gênero e a educação, problematizando as ações que contribuem para a igualdade de gênero no âmbito escolar numa perspectiva de educação feminista e analisando materiais de estágio e materiais produzidos pelos alunos em relação à temática deste trabalho. A metodologia utilizada nesta pesquisa é de revisão bibliográfica com autores que discutem o tema gênero, fazendo um apanhado sobre desigualdade de gênero na educação. Além disso, é realizada uma revisão bibliográfica problematizando a questão de desigualdade de gênero na escola, fazendo um comparativo entre a LDB 9.394/1996, os PCNs (BRASIL, 1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013); complementarmente foram realizados um Estado de Conhecimento e uma Análise Documental de atividades desenvolvidas durante o período que foram realizados os estágios em Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais. Por fim, são propostas contribuições de uma educação feminista na direção de uma desconstrução de estereótipos para uma diminuição do problema de gênero na educação. Os resultados do estudo apontaram que até crianças muito pequenas já reproduzem estereótipos e preconceitos. Além disso, a falta de conhecimento dos professores em relação à temática contribui para que os estereótipos se multipliquem, fazendo com que isso interfira na vida escolar das crianças. Desse modo, essa pesquisa revelou a importância e a necessidade do aprofundamento dessa temática nas escolas. Conclui-se que a realização de estudos sobre desigualdade de gênero no âmbito escolar é essencial para promover uma educação voltada para a diversidade, que considere realmente todos os sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Gênero. Desigualdade de gênero. Escola. Crianças. Educação.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 DESIGUALDADE DE GÊNERO</b> .....	13
<b>3 PROBLEMATIZANDO GÊNERO NA ESCOLA</b> .....	18
3.1 GÊNERO NA ESCOLA: O QUE DIZEM AS PUBLICAÇÕES .....	23
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	29
<b>5 ANÁLISE DE DADOS</b> .....	33
5.1 PAPÉIS DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS .....	34
5.2 CONCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE .....	38
<b>6 POR UMA EDUCAÇÃO FEMINISTA</b> .....	46
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54
<b>ANEXOS</b> .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero é um tema que está ganhando cada dia mais espaço de discussão no âmbito escolar. Silva (2016, s.p), ao abordar as questões de gênero, afirma que “as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de autoridade, poder, dominação entre homens e mulheres, gerando preconceito e discriminação que, quando não abordadas na escola, podem continuar fazendo parte de nossos valores”. Partindo deste pressuposto, ações de igualdade e equidade de gênero se fazem necessárias e indispensáveis na escola para minimizarmos desigualdades e preconceitos futuros.

Quando as crianças chegam à escola, estão em um universo novo e desconhecido, o qual dependerá de todos os envolvidos no processo escolar para que estas crianças se desenvolvam significativamente nos processos de ensino e de aprendizagem. No entanto, como as crianças poderão ter autonomia para fazer escolhas em um ambiente onde já está tudo funcionando? Nas palavras de Bento (2011, s. p), “como afirmar que existe um referencial natural, original, para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinando o certo e o errado, o normal e o patológico?”. A autora afirma que, mesmo antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo, que, desde o período da gestação, antes mesmo de saber o sexo biológico do bebê, os pais já o planejam e fazem incontáveis projetos. Quando descobrem o sexo, a ansiedade cresce, são realizadas expectativas com brinquedos, cores e roupas; fazem projetos para o futuro antes de essa criança vir ao mundo, pelo simples fato de ser menino ou menina. Deste modo, podemos perceber que as questões de gênero são questões culturais.

Nesse sentido, Kuhlmann Jr. (1998, p. 31) traz que “as crianças apropriam-se de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas, de seu desenvolvimento”. Na mesma direção, Bento (2011, s.p.) afirma que as crianças já nascem rodeadas de desejos e planos para o seu futuro, levando em consideração o simples fato de serem menino ou menina. Como terão autonomia em uma sociedade organizada por essa questão cultural com regras já estabelecidas e como sobreviver socialmente sendo alvo de críticas e preconceitos por uma sociedade que não está preparada para acolher e incluir, em uma sociedade na qual um menino pequeno não pode brincar de boneca na escola e uma menina não podem jogar futebol?

Outro aspecto importante que Bento (2011) salienta é que, ao afirmarmos que existe um padrão e norma de gênero, podemos pensar em regras, leis e punições. Desta maneira, a escola precisa pensar no que pode fazer e no que pode contribuir para minimizar problemas

futuros na questão da desigualdade, uma vez que muitas vezes a escola reforça e multiplica ao invés de combater a desigualdade. Desta maneira, se faz necessário que as pessoas, juntamente com a escola, estejam atentas ao mundo ao seu redor, acompanhando as mudanças e ficando cientes de que não existe um padrão de comportamento dito como certo ou errado, o que existem são diferenças e elas devem ser respeitadas. Torna-se necessário investir na formação dos sujeitos desde os anos iniciais na escola, trabalhando temas que não são tão corriqueiros e que muitas vezes são considerados por muitos como *tabus*. Investindo nas crianças podem-se evitar muitos problemas futuros, pois pessoas podem mudar o mundo e o meio onde vivem.

Nesta perspectiva, este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *A desigualdade de gênero entre meninos e meninas na escola*, busca entender como ocorre a desigualdade de gênero entre meninos e meninas na escola e como isso pode ser prejudicial para as crianças em seu desenvolvimento escolar. A partir dessa temática, foram definidos os seguintes objetivos: discutir a desigualdade de gênero e a educação; problematizar e refletir sobre as ações que contribuem para a igualdade de gênero no âmbito escolar numa perspectiva de educação feminista; analisar materiais de estágio e materiais produzidos pelos alunos em relação à temática do presente trabalho. Para tal, a metodologia usada para organizar e concretizar essa pesquisa teve como base revisões bibliográficas e documentais e como fontes livros, artigos, teses, documentos legais e pedagógicos, a fim de ressaltar as contribuições teóricas e percepções com relação ao conteúdo investigado. Além disso, foram escolhidos alguns materiais produzidos com as crianças durante os estágios de Educação Infantil e o estágio em Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Erechim para fazer a análise documental.

A divisão dos capítulos no decorrer da pesquisa ocorreu do seguinte modo: um capítulo onde será realizada uma discussão sobre a *Desigualdade de gênero* num aspecto mais geral, no qual serão levantados alguns apontamentos sobre o panorama social atual e sobre as desigualdades de gênero que acontecem na sociedade e que são reproduzidas e reforçadas na escola. Serão também apresentados conceitos acerca dos termos gênero, sexo e sexualidade, objetivando defender a construção de gênero como uma construção social e sexo como sexo biológico.

No próximo capítulo, intitulado *Problematizando gênero na escola*, será feita uma análise da questão de gênero, mais especificamente na escola, apresentando também aproximações e distanciamentos sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) com os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica (PCN,

1997) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Por meio de uma pesquisa tipo Estado de Conhecimento, foi realizado um levantamento de publicações sobre Gênero na Escola.

Após, o no outro capítulo, será apresentada a *Metodologia* que deu base a este trabalho, cujo método utilizado teve como base a pesquisa bibliográfica e documental, sendo a análise de dados obtida por meio de documentos produzidos com as crianças no período dos meus dois estágios na Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Erechim – o primeiro realizado na Educação Infantil e o segundo realizado no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

O capítulo seguinte irá apresentar a *Análise de dados*, a qual será apontada por meio da análise dos resultados obtidos nos documentos produzidos no estágio, discutindo aspectos em comum e fazendo uma crítica por meio do embasamento teórico fundamentado neste trabalho.

O capítulo seguinte contemplará com uma seção que foi denominada *Por uma Educação Feminista*, no qual serão discutidos aspectos relevantes sobre a educação que hoje temos voltada para os meninos e a educação voltada para as meninas, a fim de comparar o que possui de divergente e o que possui de semelhante, a qual buscará trazer proposições para que seja minimizada a desigualdade de gênero na escola, para poder pensar uma educação que seja livre de diferenças, uma educação voltada para a igualdade de gênero.

As considerações finais, fundamentadas nos apontamentos teóricos já existentes, serão evidenciadas a partir da análise documental dos já citados materiais em relação à temática do presente trabalho.

Sendo assim, a partir desse Trabalho de Conclusão de Curso, por meio da sistemática dos apontamentos científicos já existentes e das análises realizadas, pretende-se apresentar e compreender de que maneira ocorre a desigualdade de gênero na escola e refletir sobre ações que contribuam para alcançarmos a igualdade e equidade de gênero não somente no âmbito escolar, uma vez que acreditamos que alcançando a igualdade na escola, alcançaremos na sociedade.

## 2 DESIGUALDADE DE GÊNERO

Durante muito tempo o homem era o único responsável por ser o provedor de renda de uma casa, por sustentar uma família, por meio do trabalho com remuneração. Com o passar dos anos, a mulher foi conquistando espaço e conquistando direitos, tais como o direito ao voto, e se manteve sempre em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, Carvalho e Vargas (2013, p. 12) afirmam que “é possível dizer que, hoje, as mulheres buscam espaço, mas não o mesmo lugar dos homens”.

Louro (1997, p. 17), dentre outras autoras e autores dedicados ao tema de gênero na educação, traz outras perspectivas, dentre elas “a mulher visível”, pois acredita que “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência”. Apesar da mulher já atuar no campo doméstico, lavouras e fábricas, ela foi conquistando espaços de inserção de trabalho e atualmente ela vem ganhando cada vez mais visibilidade, porém ainda falta muito para haver a igualdade desejada. Atualmente, a mulher trabalha fora de casa, cuida da casa, dos filhos e estuda, mas, ao mesmo tempo em que ela vem ganhando uma maior visibilidade, o que se questiona é de que maneira ela está ganhando este espaço, com os mesmos direitos e deveres que os homens?

O panorama social atual nos mostra que há uma diferença no tratamento entre homens e mulheres. Essa diferenciação acontece tanto em questões cotidianas, que muitas vezes passam despercebidas, quanto em dimensões mais amplas, que podem ser alarmantes.

No dia a dia, percebe-se a capacidade da mulher sendo questionada para a realização de atividades simples, enquanto o homem é exaltado em determinadas áreas do conhecimento, como a matemática, por exemplo. São inúmeras as piadas que colocam a mulher numa posição de inferioridade e propagandas que objetificam o corpo da mulher. Do outro lado está o homem, que vem sendo tratado como superior e provedor da renda da casa, entre outras situações. Essas questões se ampliam quando se assiste ao telejornal e são vistas constantemente notícias sobre violência doméstica, média salarial de homens e mulheres (exercendo a mesma função), mulheres vítimas de assédio, estupro, feminicídio, dentre outras barbáries. Nesse sentido, Adichie (2014, p. 6) afirma que:

[...] de uma forma literal, os homens governam o mundo. Isso fazia sentido há mil anos. Os seres humanos viviam num mundo onde a força física era o atributo mais importante para a sobrevivência; quanto mais forte a pessoa, mais chances ela tinha de liderar. E os homens, de uma maneira geral, são fisicamente mais fortes. Hoje, vivemos num mundo completamente diferente. A pessoa mais qualificada para

liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios nesses atributos. Tanto um homem como uma mulher podem ser inteligentes, inovadores, criativos. Nós evoluímos. Mas nossas ideias de gênero ainda deixam a desejar.

No entanto, se a ideia de que atualmente vivemos em um mundo completamente diferente onde a pessoa mais qualificada é a que lidera, por que continuamos assistindo o noticiário que diz que homens lideram cargos de chefia ou que homens e mulheres que estão no mesmo cargo possuem uma média salarial diferente? Quando um homem e uma mulher estão no mesmo cargo e possuem as mesmas qualificações, se o homem ganhar mais é porque ele é homem, e isso é desigualdade de gênero. Acreditamos que evoluímos sim, as mulheres vem ganhando mais espaço, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido quando o assunto for igualdade de gênero.

Entretanto, não é uma tarefa fácil falar sobre o tema gênero. Muitas pessoas se sentem incômodas e desconfortáveis, muitas vezes acabam até sendo indelicadas. E, quando as pessoas não gostam de falar sobre o assunto, geralmente elas tendem a desviar e contornar ligeiramente o seu contratempo. Embora algumas pessoas se sintam desconfortáveis, é necessário romper os paradigmas de referências da sociedade para que cada vez mais possamos construir uma maior compreensão desse contexto visando sempre minimizar desigualdades, pois essas desigualdades de gênero, que acontecem também na escola, são muitas vezes reproduzidas e reforçadas na sociedade. No sentido da desigualdade de gênero no âmbito escolar, Alves e Mikolaiczik (2016, p. 229) afirmam que:

[...] torna-se necessário analisar se existe um caminho possível para que os professores da Educação Básica possam atuar de modo a não reproduzir práticas normatizadoras e naturalizar formas hierarquizantes e excludentes de sexualidade e identidades de gênero.

Entretanto, o obstáculo é que a normatividade que é exigida na sociedade não dá conta das diversas identidades que existem. A questão do gênero é uma questão cultural e são as pessoas que fazem a cultura. Deste modo, se existem milhares de pessoas que não fazem parte da cultura atualmente, devemos mudar esta cultura. Também se torna necessário pensar e repensar práticas pedagógicas para que os sujeitos que queiram romper com as barreiras da normatividade tenham onde se apoiar.

Ao adentrar nesse campo de pesquisa da desigualdade de gênero, faz-se necessário esclarecer alguns conceitos que, geralmente, são confundidos ou mal entendidos e interpretados. É importante desconstruir essas concepções e tecer algumas considerações

acerca dos termos gênero, sexo e sexualidade. Torna-se necessário salientar que alguns padrões de comportamento e de expectativas que se esperam para homens e mulheres são culturas construídas socialmente por meio dos tempos, e não determinadas pelo sexo. Nas palavras de Musskopf (2008, s.p.), o conceito de sexualidade refere-se:

[...] ao dado sexual, que se define pelas práticas erótico-sexuais nas quais as pessoas se envolvem, bem como pelo desejo e atração que leva sua expressão (ou não) através de determinadas práticas. Esse dado também é chamado por alguns de “orientação sexual”, e comumente classifica as pessoas em “heterossexuais”, “homossexuais” e “bissexuais”.

Podemos perceber que a sexualidade está relacionada à vida do indivíduo, às emoções e aos sentimentos, que estão associados ao bem estar, ao desejo e ao prazer. Como abrange variados fatores humanos, acaba tornando-se um assunto que em muitos momentos fica complexo de ser debatido e, em consequência disso, ele vem em sua maioria carregado por preconceitos, *tabus* e estereótipos. Por outro lado, o conceito de gênero é visto como uma construção social, uma construção discursiva:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume o seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. (DE BEAUVOIR, 1967, p. 9).

A autora, assim como outros autores que pesquisam essa temática, defende o gênero como uma construção social, argumentando que o que determina o gênero são as características constituídas socialmente e culturalmente como sendo masculinas ou femininas. Nesse sentido, Butler (2003) também compreende gênero como culturalmente construído e diferenciado de sexo, denominando sexo como biologicamente natural. Dessa maneira, podemos abrir espaço para a discussão e discernimento da superação do preconceito de gênero. Assim como De Beauvoir (1967) e Butler (2003), outros autores que defendem o gênero como construção social são Carvalho e Vargas (2013, p. 7):

A partir do conceito de gênero, em consonância com a perspectiva pós-estruturalista, compreende-se as caracterizações de homens e mulheres não como naturais, mas como produções de discursos constituídos de maneira diferenciada em diversos grupos sociais. Pensando-se que as representações são construídas a partir dos discursos, é possível afirmar que as representações de masculino e feminino são construções discursivas.

Em contrapartida, o conceito de sexo é entendido como biológico. Uma autora que enfatiza isso é Mathieu (2009, p. 222):

De modo geral, opomos o sexo, que é biológico, ao gênero (*gender*, em inglês), que é social. Na Biologia, a diferenciação é a aquisição de propriedades funcionais diferentes por células semelhantes. [...] A humanidade faz parte das espécies de reprodução sexuada, por isso ela tem dois “sexos” anatomofisiológicos com uma única função de sua perpetuação física: a produção de novos indivíduos.

Nessa perspectiva, podemos associar o conceito de sexo ao biológico (vagina ou pênis). Sexo biológico nos remete a órgãos reprodutivos. Ressalta-se aqui que homens e mulheres possuem a mesma competência racional e amorosa, porém essas competências podem ou não ser desenvolvidas em razão das oportunidades e possibilidades oferecidas para cada indivíduo pelo meio social em que está inserido. Nesse sentido, Adichie (2014, p. 5) contribui afirmando que:

Homens e mulheres são diferentes. Temos hormônios em quantidades diferentes, órgãos sexuais diferentes e atributos biológicos diferentes – as mulheres podem ter filhos, os homens não. Os homens têm mais testosterona e em geral são fisicamente mais fortes que as mulheres. Existem mais mulheres do que homens no mundo – 52% da população mundial é feminina, mas os cargos de poder e prestígio são ocupados pelos homens.

Em síntese, o sexo biológico pode determinar algumas características biológicas sim, porém, de maneira alguma, essas características e diferenças devem ocasionar a desigualdade. Sendo assim, algumas individualidades biológicas são naturais e irão ocorrer, mas o que se deve ressaltar é que essas individualidades jamais podem influenciar nos direitos e deveres de ambos os sexos. Característica biológica é uma coisa, fazer distinção de uma determinada tarefa por ela ser considerada pela sociedade como feminina ou masculina é completamente diferente. Nesse sentido, Adichie (2014, p. 9) afirma que:

Meninos e meninas são inegavelmente diferentes em termos biológicos, mas a socialização exagera essas diferenças. E isso implica na autorrealização de cada um. O ato de cozinhar, por exemplo. Ainda hoje, as mulheres tendem a fazer mais tarefas de casa do que os homens – elas cozinham e limpam a casa. Mas por que é assim? Será que elas nascem com um gene a mais para cozinhar ou será que, ao longo do tempo, elas foram condicionadas a entender que seu papel é cozinhar? Cheguei a pensar que talvez as mulheres de fato houvessem nascido com o tal gene, mas aí lembrei que os cozinheiros mais famosos do mundo – que recebem o título pomposo de “chef” – são, em sua maioria, homens.

Viveríamos muito mais felizes e realizados se não portássemos o peso das expectativas de gênero. Ideologias como “sentar direito, andar devagar, não chorar em público, ser agressivo são exemplos de discursos que afirmam e reforçam comportamentos considerados

por diferentes grupos sociais como naturalmente “atitudes de menina/de menino”. (CARVALHO; VARGAS, 2013, p. 7). Os estereótipos construídos socialmente pelo meio onde vivemos nos tira oportunidades e acabamos por acreditar e aceitar esses padrões de referência como normais. Nessa perspectiva, deve-se ressaltar que sexo biológico é completamente diferente de gênero. Defendemos gênero como uma criação social, e a sociedade vêm reforçando a ideia de que homens são somente masculinos e mulheres são somente femininas, mas isso é um grande equívoco. Temos muitos homens femininos e muitas mulheres masculinas. Por exemplo, mulheres de cabelo curto, camisas largas, praticantes do futebol ou outras atividades que vem sendo consideradas como masculinas. Elas são taxadas de *masculinizadas*, *sapatão*, *machona*, *mulher macho*, *mulher que quer ser homem*, dentre outros termos pejorativos, assim como para o homem que se depila, que faz a sobrancelha, que faz a unha no salão, etc., ele é taxado de *baitola*, *bicha*, *viado*, *bambi*, *mulherzinha* (inclusive já inferiorizando a mulher). Se as pessoas começarem a se questionar e pensar criticamente, irão perceber que cometem muitos equívocos. Dizer que uma mulher se identifica com o feminino por ter o cabelo comprido é a mesma coisa que dizer que todas as mulheres de cabelo curto não se identificam. Portanto, sexo biológico não define gênero.

Os equívocos de gênero ocorrem em todo o lado. “Em nossa sociedade, meninos aprendem desde muito cedo a jogar futebol, enquanto meninas, logo na mais terna infância, de um modo entendido como “natural”, interessam-se pelas bonecas” (CARVALHO; VARGAS, 2013, p. 8). Em vista disso, podemos perceber que os estereótipos de gênero estão presentes desde a infância e, muitas vezes, acabam perpetuando na vida adulta.

Nessa direção, Butler (2003, p. 26) enfatiza “[...] e não a biologia, mas a cultura se torna o destino”. Por esse viés, podemos concluir que o fato de termos nascido com determinado sexo biológico não é autossuficiente para determinar o modo como iremos sentir, viver e expressar nossa sexualidade ou compor nossa identidade de gênero. A orientação sexual de cada indivíduo não pode ser definida pela perspectiva hegemônica da heterossexualidade como um único padrão e norma estabelecidos como natural e normal.

Faz-se necessário repensar aqui o panorama da heteronormatividade de que mulheres e homens devem comportar-se de maneira socialmente e hipoteticamente diferentes. Torna-se necessário entendermos que a sexualidade deve ser passada por um processo natural e livre de padrões normativos. Busca-se, assim, que a sociedade se torne mais humana, justa, satisfeita, feliz e agradável, porém consciente de suas responsabilidades morais e amorosas. A partir disso, o próximo capítulo buscará problematizar a questão do gênero mais especificamente na escola.

### 3 PROBLEMATIZANDO GÊNERO NA ESCOLA

Dando sequência à discussão sobre gênero, este capítulo tem o intuito de apresentar alguns exemplos de desigualdade de gênero na escola aliados com dados e com o avanço da legislação. Temos a necessidade da legislação para que se possa mostrar para os professores, que muitas vezes, não têm formação, como agir.

Ao observarmos o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, constatamos que ele determina que a educação é um direito de todos e que as condições de acesso e permanência necessitam ser garantidas pelo Estado. Porém, diversas pesquisas no âmbito escolar mostram que pequenos grupos da sociedade são cada vez mais afastados da escola. Nesse viés, Vieira (2015, s.p.) nos mostra que:

As altas taxas de evasão escolar masculina (37,9% dos homens segundo dados do IBGE em 2011) têm sido apontadas como consequência de referenciais de masculinidade difundidos socialmente.

Uma identidade masculina baseada na agressividade, na indisciplina e em noções hierarquizadas do que é ser homem ou mulher tem, segundo esses últimos estudos, reproduzido uma cultura de violência e afastado os meninos dos bancos escolares.

Dessa forma, podemos perceber que tem se tornado comum constatar os preconceitos e as discriminações de gênero como motivo para a exclusão e a evasão escolar. Os indivíduos que fogem da norma dita como padrão e aceita pela sociedade são constantemente ridicularizados no âmbito escolar. Não bastando as humilhações verbais e psicológicas, muitas vezes esses indivíduos são também agredidos fisicamente e continuam sofrendo discriminações e preconceitos de todos os tipos. Os estereótipos que são constituídos socialmente acabam transformando-se em concretas injustiças. Colaborando com a discussão, Carvalho e Vargas (2013, p. 10) afirmam que:

[...] o emprego de adjetivos pejorativos ou ainda, o calar-se frente determinadas posturas e comportamentos apresentados pelos estudantes podem ser entendidas, por exemplo, como práticas discursivas que corroboram modos (in)adequados para que alunos vivenciem questões acerca do gênero e sexualidade.

Neste sentido, Vieira (2015, s.p.) afirma que “é hora de exigir que o direito à educação seja assegurado a qualquer cidadã ou cidadão brasileira/o e, para isso, políticas de combate às desigualdades de gênero e sexualidade precisam ser implementadas e o exercício da cidadania, garantido”. Entretanto, quando a sociedade e a escola determinam o que é considerado como correto e aceitável e o que é considerado como errado e inaceitável, elas estão gerando uma série de impasses para os indivíduos que rompem com o padrão da

normatividade. Promover uma educação baseada em igualdade de gênero não significa desconsiderar as diferenças notadas entre os indivíduos, mas sim assegurar um espaço democrático, no qual essas diferenças não se transformem em desigualdades, preconceitos e discriminações. Desta maneira, podemos perceber que se torna necessário repensarmos a prática pedagógica abordada nas escolas. Nesse sentido, Louro (1997, p. 64) contribui afirmando que:

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas “críticas”). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui.

Em outras palavras, será nas práticas cotidianas, rotineiras e comuns que irá ocorrer o processo de formação do sujeito. E os preconceitos não estão apenas no modo como ensinamos, eles estão em todos os espaços da escola. Nesse ponto de vista, Carvalho e Vargas (2013, p. 4) contribuem dizendo que:

Ao circular pelas escolas na contemporaneidade, é possível visualizar muitos estudantes, em diversos momentos da rotina escolar, separados pelo seu sexo, tal como pode ser percebido na organização das filas com lugares diferenciados para meninos e meninas, na designação de tarefas de limpeza somente para meninas e a organização das aulas de Educação Física em algumas de nossas instituições de ensino.

Em vista disso, é necessário repensar gestos, palavras banalizadas, expressões e atitudes ditas como naturais, pois é nos pequenos detalhes e nas práticas rotineiras que se deve redobrar a atenção. Segundo Louro (1997), também se torna necessário buscar uma teoria científica que leve em consideração as mulheres como sujeitos. Ao focar gênero, a autora faz-nos questionar, pensar e analisar as representações sociais que têm sempre como protagonista e referencial o masculino. Nesse sentido, Carvalho e Vargas (2015, p. 271) contribuem falando que “espera-se das meninas a passividade, e não o protagonismo”. Nesse viés, faz-se necessário estar em constante busca pela igualdade, sendo importante colocar cada criança como protagonista da prática pedagógica, sem fazer distinção de gênero ou quaisquer outras diferenças. Nessa perspectiva, Adichie (2016, p. 4-5) traz um exemplo de desigualdade que ocorreu em sua infância na escola e que ela jamais esqueceu, levando consigo para a vida adulta:

[...] no começo do ano letivo a professora anunciou que iria dar uma prova e quem tirasse a nota mais alta seria o monitor da classe. Ser monitor era muito importante. Ele podia anotar, diariamente, o nome dos colegas baderneiros, o que por si só já era ter um poder enorme. [...] era uma ideia empolgante para uma criança de nove anos, como eu. Eu queria muito ser a monitora da minha classe. E tirei a nota mais alta. Mas, para minha surpresa, a professora disse que o monitor seria um menino. Um garoto tirou a segunda nota mais alta. Ele seria o monitor. [...] Mas eu era menina e ele, menino, e ele foi escolhido. Nunca me esqueci desse episódio.

Quando uma situação como esta citada acima ocorre repetidamente no cotidiano das crianças, ela infelizmente acaba se tornando comum, normal e aceitável. Quando só os meninos são escolhidos para serem os monitores de classe, ajudantes do dia ou líderes de atividades, mesmo no inconsciente acabam crescendo acreditando que isso é o normal, aceitável e correto. E, quando essas crianças crescem, chegam à idade adulta e percebem que os cargos de chefia nas empresas são ocupados na maioria das vezes por homens supõem que isso é normal e correto, e essa situação torna-se muitas vezes aceitável e inquestionável.

Uma escola inclusiva é a escola que integra e inclui a todos. E o exemplo que foi citado acima é de uma escola que exclui e promove a desigualdade. O problema é que muitas vezes a escola contemporânea não está sabendo lidar com essas questões. Nesse sentido, Carvalho e Vargas (2013, p. 11) afirmam que:

A escola pública contemporânea não tem discutido, de modo amplo, questões referentes às temáticas de gênero e a sexualidade uma vez que documentações legais e ações governamentais sobre o tema não têm permeado o âmbito escolar. Desta forma, é possível afirmar que no cotidiano escolar, tais temáticas têm sido discutidas como ‘problema a resolver’ por determinadas áreas de saber (Ciências, Biologia ou por Profissionais da Saúde) ou ainda, a partir das representações individuais de docentes sobre o tema.

Para compreender o que afirmam os autores, é necessário consultar a legislação. E o que os autores afirmam, de fato, pode ser percebido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), que não aborda o tema diversidade sexual e identidade de gênero, uma vez que a Lei trata apenas do pluralismo de ideias. Por outro lado, pode-se perceber que temos alguns avanços quando analisamos os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Por exemplo, ao analisarmos o documento (PCN), podemos perceber que ele abre uma brecha para tratar temas considerados por muitos como *tabus*, por meio dos Temas Transversais. Cabe aqui ressaltar o que os Temas Transversais representam:

[...] uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual. (BRASIL, 1997, p. 12).

Deste modo, nos Temas Transversais, são discutidas questões de sexualidade, mediando, assim, de maneira interdisciplinar, o trabalho docente na escola. Entretanto, deixa a desejar quando os Temas Transversais abordam a questão da Orientação Sexual, pois abordam essa questão num sentido normativo. O documento, em nenhum momento, cita a homossexualidade ou bissexualidade, também não cita os sujeitos com identidade de gênero diferente do sexo biológico, como os transexuais, os transgêneros ou travestis. O documento apenas fala que:

Assim, o tema Orientação Sexual deve se organizar para que os alunos, ao fim do Ensino Fundamental, sejam capazes de:

- Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano;
- Compreender a busca de prazer como uma dimensão saudável da sexualidade humana;
- Conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir de prazer sexual;
- Reconhecer como determinações culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas;
- Identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;
- Proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;
- Reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir de prazer numa relação a dois;
- Agir de modo solidário em relação aos portadores de HIV e de modo propositivo na implementação de políticas públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS;
- Conhecer e adotar práticas de sexo protegido, ao iniciar relacionamento sexual;
- Evitar contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da AIDS;
- Desenvolver consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade;
- Procurar orientação para a adoção de métodos contraceptivos. (BRASIL, 1997, p. 91).

Posto isso, comparando o documento da LDB com os PCNs, percebemos que, por mais que os Parâmetros Curriculares Nacionais tenham representado um grande avanço e tenham contribuído para que esse debate chegasse à escola, ainda temos grandes falhas e lacunas que precisam ser preenchidas. No entanto, por outro lado, quando analisamos o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, podemos perceber um grande progresso quando observamos que ele tem um capítulo específico no qual trata dos Direitos Humanos, e este capítulo assegura que:

[...] todas as pessoas, independente do seu sexo; origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais; de suas escolhas de credo; orientação sexual; identidade de gênero, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática. (BRASIL – MEC, 2013, p. 518).

Constata-se uma ampla melhoria fazendo tal comparação nos documentos existentes. Quando as diretrizes trazem um capítulo específico de direitos humanos, por si só já podemos observar um grande avanço, e, embora o capítulo trate a questão do gênero num sentido mais amplo, não dando especificidades para cada termo, não podemos negar o fato de ter tido uma grande evolução na Legislação Educacional Brasileira quando realizamos tal comparação. Por outro lado, estudos, pesquisas e investigações referentes ao tema gênero ainda apresentam deficiências no âmbito escolar ou ainda não são amplamente discutidos. Nesse viés, Vianna e Unbehaum (2004, p. 78-79) afirmam que:

Poucas são as investigações que abordam o impacto da discriminação de gênero nas políticas públicas educacionais, tais como a persistência da discriminação contra as mulheres expressa em materiais didáticos e currículos, a limitação ao acesso à educação e permanência na escola, sobretudo das jovens grávidas, bem como o fracasso escolar que marca de maneira distinta a trajetória escolar de meninos e meninas. A escassez dessa abordagem espelha-se na raridade de análises densas sobre a discussão acerca da igualdade entre homens e mulheres prevista na Constituição Federal de 1988.

Diante disso, podemos constatar que ainda há um grande caminho a ser percorrido, pois, por vezes, estamos assegurados perante documentos e Lei vigentes, mas, muitas vezes não basta estarmos assegurados por esses documentos e leis, pois eles não são seguidos em sua totalidade. Podemos pensar que a escola ainda não está preparada ou não oferece um suporte necessário para os seus professores. Repetidamente o que ocorre é que não está sendo proporcionado um processo de formação continuada no qual os professores, juntamente com a gestão, alunos e comunidade escolar, possam estar discutindo esses temas e problemas que aparecem no cotidiano. Constantemente, quando surge uma situação inusitada, o que se faz é fechar os olhos para a diferença, e quanto mais isso ocorrer mais estará contribuindo para que o preconceito seja reforçado e reproduzido na escola. No momento em que tornarmos o diferente algo comum, estaremos minimizando e combatendo preconceitos de gênero. Entretanto, não podemos desconhecer o fato de ter alcançado tamanho avanço quando fazemos uma comparação das Leis vigentes.

O capítulo seguinte dará continuidade ao debate de gênero na escola mostrando o que dizem as publicações já existentes, o que já foi pesquisado e quais conclusões vêm sendo feitas sobre essa temática, pois acreditamos que, ao definir a temática a partir da qual será realizada a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, torna-se necessário fazer um levantamento das pesquisas já existentes sobre este assunto para que se possa conhecer o que

já foi pesquisado, o que vem sendo citado e quais conclusões estão sendo feitas, buscando fazer uma pesquisa que se diferencie das demais e que seja relevante e significativa na área.

### 3.1 GÊNERO NA ESCOLA: O QUE DIZEM AS PUBLICAÇÕES

Para fazer este Estado de Conhecimento<sup>1</sup>, como fontes de pesquisas escolhemos o Portal Brasileiro de Publicações Científicas Em Acesso Aberto – IBICT– Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – que é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros, mas que também tem a opção de realizar buscas em fontes de informação portuguesas.

Para tal investigação, foi realizada uma pesquisa entre os anos de 1996 e 2016 (vinte anos), tendo como palavras-chave do título das publicações *desigualdade, gênero e escola*. Outro critério de seleção foi o recorte de busca em artigos, artigos de evento, dissertação, tese e trabalho de conclusão de curso. Foram encontrados nessa busca apenas dois artigos em Português. Depois de feita essa pesquisa, foram lidos esses dois artigos e foi criado um quadro com os dados obtidos, focando informações do ano de publicação, nome do autor/a, título, objetivos, metodologia e conclusões.

Um dos artigos encontrados foi intitulado como *Relações de Classe e Gênero na Escola: revisitando conceitos de igualdade, desigualdade, diferença, classe e gênero*, o qual aborda em sua introdução o espaço da escola como construção de sujeitos. A autora afirma que frequentemente “o processo de construção desses sujeitos segue caminhos muitas vezes tortuosos e contraditórios” (FERREIRA, 2014, p. 59). Ela afirma que repetidamente o discurso que realizamos é utópico e enganoso e que revela a complexidade das relações sociais no contexto da escola e em sala de aula. E dá continuidade afirmando que:

[...] pode-se afirmar que a escola é um espaço de reprodução da desigualdade, na medida em que as práticas pedagógicas são pautadas em valores culturais que, em geral, colocam a classe dominante como modelo, como centro, ou seja, a escola ignora diferenças socioculturais existentes em cada aluno e, em geral, trata como se todos viessem de uma mesma classe social. Assim, são ensinados conteúdos que

<sup>1</sup>“O Estado de Conhecimento possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida. Permite-nos entrar em contato com os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, oferecendo-nos uma noção abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando, com mais exatidão, para itens a ser explorados – reforço de resultados encontrados ou criação de novos ângulos para o tema de estudo – abrindo assim, inúmeras oportunidades de enriquecimento do estudo” (FERNANDES; MOROSINI, 2014, p. 158).

levam os alunos a reproduzir conceitos e valores advindos de um grupo social que não é o deles.

Reiteramos que, quando não consideramos as diferentes realidades dos alunos, estamos praticando a desigualdade, pois, dependendo da forma como foram socializados, podem comportar-se mais positivamente ou negativamente a determinadas maneiras de ensino. Da mesma maneira acontece com o gênero:

[...] as representações criadas socialmente retratam as mulheres como seres menores, inferiorizadas, docilizados, mais afeitas a profissões que se integram no mundo do privado. Essas representações perpassam os muros da escola e levam para a sala de aula discursos e práticas que reproduzem valores conservadores que insistem em retratar as mulheres de forma inferior. (FERREIRA, 2014, p. 59).

Nesse viés, a autora afirma que se torna necessário repensar as práticas pedagógicas em sala de aula, procurando sempre métodos de ensino que valorizem cada aluno, independente de gênero, grupo social, raça, etnia e cultura que esse aluno pertença. Após, a autora irá apresentar exemplos de igualdade e desigualdade, diferenciando esses conceitos. Um exemplo que ela apresenta é o número de mulheres na política, que é relativamente menor que os homens. Ela afirma que “Somos diferentes em relação a alguém, ou a alguma coisa. Diferença e desigualdade não é a mesma coisa” (FERREIRA, 2014, p. 62). Portanto, ela irá dizer que exemplos demonstram que somos diferentes, seja por raça, cultura, etnia, sexo, idade, porém, essas diferenças não podem gerar a desigualdade.

A autora aborda também o conceito de classe social: “é uma categoria histórica, visto que somente a entendemos no conjunto das relações que fazem a evolução e o desenvolvimento da sociedade” (FERREIRA, 2014, p. 63). Ela aborda a questão sobre a classe dominante e a classe dominada, destacando que o fato de uma dominar a outra é que a dominante “detém os meios de produção, isto é, são os donos das empresas, das fábricas, das terras, das máquinas, são os que dominam as tecnologias e os meios de comunicação” (FERREIRA, 2014, p. 64). Defende também que a classe dominante compra a mão de obra do trabalho e nem sempre paga de forma justa, dando como exemplo de injustiça a exploração de pedreiros quando são comparados com os bancários (horas trabalhadas versus média salarial). Horas não remuneradas “favorecem o processo de acumulação de riqueza por parte da classe dominante que se traduz nas condições de vida infinitamente melhor, no acesso ao ensino de qualidade, no acesso aos bens e serviços, inclusive aos bens e produtos culturais contribuindo para a sua hegemonia e domínio” (FERREIRA, 2014, p. 64). Quando pensamos em classes – dominante e dominada, Ferreira (2014) reitera que não podemos esquecer-nos da “classe dos

intelectuais”, que são os que estudaram e possuem capital cultural, os que podem não possuir dinheiro, mas possuem poder, e carregam consigo a condição de “conhecedor da sociedade em diferentes dimensões” (FERREIRA, 2014, p. 64).

Em seguida, a autora fala que as desigualdades na sociedade e no âmbito escolar estão também relacionadas com os preconceitos de “gênero, raça, etnia, de geração, de **opção sexual** e desigualdade regional” (FERREIRA, 2014, p. 64, grifo nosso). Concordamos que as desigualdades estejam relacionadas a esses conceitos, mas não concordamos quando a autora traz o termo “opção sexual”. Acreditamos que o correto seja orientação sexual, uma vez que não escolhemos a nossa orientação, nascemos com ela. Quando ouvimos expressões como esta, criamos mais um espaço para o preconceito, pois, uma vez sendo opção, pode ser escolhida. A pedagogia defendida por Ferreira (2014, p. 66) é:

[...] uma pedagogia como um canal que problematize as realidades de gênero, que possibilite a compreensão crítica dos processos de desigualdade e a construção no âmbito da educação, que favoreça a construção de novas relações culturais referentes às condições das mulheres e dos homens na sociedade.

Enfatizamos que é necessário um enfoque pedagógico dentro e fora da sala de aula, entre alunos, professores e comunidade escolar, debatendo temas que causem problematizações da “cultura dominante com as realidades vivenciadas” (FERREIRA, 2014, p. 66). Por fim, a autora conclui seu artigo afirmando que:

Uma atitude pedagógica na perspectiva de uma educação para a diversidade envolve primeiramente o reconhecimento da escola como um espaço de discussão crítica e superação de valores, tradições e hábitos que reforcem a negação de uma visão conservadora e patriarcal e busque uma vivência multicultural. (FERREIRA, 2014, p. 66-67).

Afirmamos também que se faz necessário que os educadores estejam em constante formação e se apropriem de conhecimentos disponíveis sobre identidades, igualdade, diferença e gênero, com a finalidade de desenvolver pedagogias que levem os alunos a problematizar as relações dominantes existentes e criar um olhar multicultural para uma intervenção libertária e democrática. Portanto, torna-se necessário elaborar “práticas pedagógicas e ações culturais” que levem em consideração a diversidade, fazer com que os alunos tenham vivências que “favoreçam o estudo dos conceitos de gênero, de raça e etnia”, na concepção do reconhecimento dos diversos indivíduos e na desconstrução de estereótipos que foram atribuídas historicamente e culturalmente a esses variados grupos sociais (FERREIRA, 2014, p. 67).

O outro artigo encontrado, intitulado *Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola*, debate as relações de gênero. A autora levanta questões sobre a sexualidade, afirmando que ela está altamente relacionada às relações de gênero:

[...] a uma teorização que a entende como uma ‘construção social’: ser homem ou mulher, menina ou menino está mais para o ‘significado’ que é dado a esses termos na cultura, nos costumes, nos valores, do que para as diferenças impressas de forma claramente demarcadas, principalmente pelos órgãos genitais, no corpo humano. (SILVA, 2008, p. 254).

A autora, assim como demais autores que pesquisam gênero, o defende como uma construção social. Outro aspecto relevante abordado é que a sexualidade não é seriamente discutida na Educação Infantil. Pouco é discutido quando a sexualidade inicia. “É como se a sexualidade começasse na adolescência” (SILVA, 2008, p. 255). É levantada a questão de que a sexualidade é tratada ainda por muitos como *tabu*, cuja discussão causa um certo desconforto entre pais e filhos, escola e alunos. No entanto, quando um diálogo ocorre, ele torna-se sempre muito pedagógico e didático. Dessa maneira, um dos objetivos deste artigo é discutir e refletir sobre a importância do investimento em políticas públicas específicas que deem base para a escola poder levantar essas questões consideradas como *tabus* de uma maneira eficaz e segura.

A autora também levanta questões que muitas vezes ocasionam a desigualdade de gênero. Ela faz uma reflexão do que é considerado masculino e do que é considerado feminino na sociedade contemporânea, afirmando que “deve ser evitada a dicotomia entre sexo e gênero, o que acaba por reproduzir um modelo binário, fortalecendo um enfoque entre o biológico e cultural no qual o sexo está ligado ao biológico e o gênero está ligado à cultura” (SILVA, 2008, p. 260), enfatizando novamente que o sexo é biológico e o gênero é cultural.

Nesse artigo, a autora discute sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, mais especificamente sobre a orientação sexual que está inserida nos Temas Transversais, proposta nos PCNs (1998). Ela afirma que os Temas Transversais foram importantes por “propor conteúdos por áreas, oferecendo alternativas para os educadores” (SILVA, 2008, p. 261), pois, muitas vezes, existe um discurso ideológico sistematizado em divergências políticas. Ela afirma que:

A inclusão das relações de gênero como um conteúdo a ser visibilizado nos PCNs é resultado do investimento nesta área temática tanto por parte da academia como do movimento feminista que, certamente, foi um dos interlocutores na formulação da proposta ou representantes da sociedade civil próximos à sua dinâmica. (SILVA, 2008, p. 263).

Nesse viés, mesmo com as dificuldades encontradas nessa temática, o fato deste tema estar apresentado nos PCNs pode ser considerado um grande avanço na busca por um ensino mais justo e igualitário, voltado para a diversidade. Ressaltando-se a importância do apoio da escola com as crianças do sexo feminino e masculino no seu processo de ensino e aprendizagem, conforme o gênero. Ela afirma que é de extrema importância o papel da escola “na socialização de meninos e meninas, a partir de um modelo binário” (SILVA, 2008, p. 269).

Concluindo, ela afirma que, independentemente de ser menino ou menina, é criança, e criança tem o direito de brincar e de experimentar. “Quando um menino pega uma boneca, ele está brincando, ele está experimentando as coisas”. O desafio para ela é “como superar o binário na compreensão das relações de gênero, sem antes explorar e compreender as possibilidades de integração dos diferentes”? Ela acredita que seja este o grande problema para a definição das políticas públicas que contemplem tantas dimensões desta questão, atingindo quem é considerado diferente (SILVA, 2008, p. 278).

Portanto, com as informações extraídas dos dois artigos lidos, percebeu-se que o primeiro artigo teve como objetivos principais discutir conceitos (igualdade, desigualdade, diferença, classe, raça e gênero), buscando refletir como esses conceitos refletem e marcam a vida das crianças na escola; enquanto o segundo artigo teve como investigação perceber e analisar quais foram os principais avanços nas políticas públicas deste assunto, fazendo uma análise nos PCNs. Os dois artigos tiveram como metodologia a pesquisa de revisão bibliográfica e documental e obtiveram em comum a conclusão de que os conceitos de igualdade, desigualdade, diferença, classe, raça e gênero estão presentes nas relações entre os grupos humanos com marcas de sub-representação social, tendo por base os preconceitos, as discriminações e as desigualdades. Sendo assim, eles irão influenciar na trajetória das crianças, portanto, torna-se necessário estar em constante busca por uma educação voltada para a diversidade. Dessa maneira, a escola tem um papel muito importante na questão da desigualdade de gênero, pois ela deve estar em constante busca pelo conhecimento dessas temáticas consideradas por muitos como *tabus*, para que possa assim problematizar as relações dominantes já existentes e construir um olhar multicultural para uma intervenção libertária e democrática.

Tendo como base este levantamento que foi elaborado, o fato de ter somente duas publicações em vinte anos com relação à temática deste trabalho, mesmo tendo sido feita uma busca em artigos, teses e dissertações, já é um motivo cabível para ser realizada esta pesquisa. Em vista disso, evidenciamos a importância de fazer uma pesquisa que se diferencie das já

desenvolvidas, um estudo investigativo sobre como e de que maneira ocorre o processo de desigualdade de gênero na escola, problematizando como esta desigualdade pode influenciar na vida das crianças e buscando contribuir na direção de uma educação voltada para a diversidade e para a igualdade de gênero. Para atingir esses objetivos, o capítulo a seguir apresenta quais foram nossas escolhas metodológicas.

## 4 METODOLOGIA

A escolha pela temática da pesquisa *A desigualdade de gênero entre meninos e meninas na escola* resultou dos conhecimentos, provocações e experiências vivenciadas no decorrer da graduação em Pedagogia, e, principalmente, da participação nas aulas do Prof. Dr. Rodrigo Saballa de Carvalho, que possibilitou a constante provocação e questionamento de práticas ditas como normais do dia a dia e seu contexto, direcionando um maior interesse para este tema. A metodologia desenvolvida no presente Trabalho de Conclusão de Curso se organizará em duas etapas: a primeira etapa será a pesquisa de revisão bibliográfica e a segunda etapa será a análise documental.

A pesquisa bibliográfica é trazida por Moreira e Caleffe (2008, p. 27) da seguinte maneira: “a revisão da literatura é parte central de qualquer estudo, pois ela demonstra a familiaridade do pesquisador com a literatura contemporânea e a sua capacidade de avaliar criticamente as pesquisas já realizadas”.

Os autores também enfatizam que existem quatro fatores importantíssimos antes de iniciar a revisão bibliográfica: “Os objetivos da revisão de literatura; Os tipos de revisão de literatura; Os principais estágios da revisão da literatura e Onde o professor/pesquisador poderá obter a literatura relevante” (MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G., 2008, p. 28). Neste trabalho, os objetivos da revisão da literatura se deram no sentido de investigar os trabalhos que já foram publicados e quais conclusões pode-se tirar com eles.

A fonte de informações da pesquisa de revisão é assim definida por Bervian e Cervo (2007, p. 79) “Na pesquisa bibliográfica, a fonte de informações, por excelência, estará sempre na forma de documentos escritos, estejam eles impressos ou depositados em meios magnéticos ou eletrônicos”. Para tal, neste Trabalho de Conclusão de Curso será feita a pesquisa de revisão bibliográfica tanto em materiais impressos como em materiais online e digitais.

Em relação ao objetivo da pesquisa de revisão bibliográfica, Bervian e Cervo (2007, p. 79) definem que “a pesquisa de revisão bibliográfica tem como objetivo encontrar respostas nos problemas formulados, e o recurso utilizado para isso é a consulta dos documentos bibliográficos”. Em vista disso, esse trabalho objetivou encontrar uma resposta de como ocorre a desigualdade de gênero na escola e os recursos utilizados para isso foram a pesquisa de revisão bibliográfica aliada com a análise de dados de materiais produzidos com as crianças durante o estágio na Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Erechim em Educação Infantil e o estágio de Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Para Moreira e Caleffe (2008, p. 28), os objetivos fundamentais da revisão bibliográfica são:

- 1 Identificar as tendências da pesquisa.
- 2 Ajudar a conceber o problema, melhorá-lo e se necessário delimitar sua amplitude.
- 3 Identificar as lacunas nas pesquisas na área de interesse.
- 4 Ampliar e aperfeiçoar o conhecimento existente.
- 5 Desenvolver hipóteses de pesquisa.
- 6 Obter sugestões sobre como realizar o estudo, como evitar erros cometidos por outros pesquisadores e quais métodos poderiam ser mais efetivos.
- 7 Identificar os debates e as controvérsias na área de estudo.
- 8 Colocar o problema no contexto de pesquisas prévias, mostrando como ele se relaciona com as pesquisas e como pode ir além delas.

Desta maneira, procurou-se fazer com que todos os objetivos fundamentais fossem aplicados nesta pesquisa, delimitando a amplitude do problema de gênero, ampliando por meio de leituras o conhecimento existente, desenvolvendo algumas hipóteses, etc.

No sentido dos documentos bibliográficos, Bervian e Cervo (2007, p. 80) trazem que podem ser considerados como documentos:

- a-*Primários*: quando coletados em primeira mão, como pesquisa de campo, testemunho oral, depoimentos, entrevistas, questionários, laboratórios.
- b-*Secundários*: quando colhidos em relatórios, livros, revistas, jornais e outras fontes impressas, magnéticas ou eletrônicas.
- c-*Terciários*: quando citados por outra pessoa.
- d-*Impressos*: atas de reuniões, atlas, Bíblias, biografias, bulas (remédios), cartões-postais, coleções, constituições, convênios, fac-símiles, decisões judiciais, dicionários, dissertações e teses, enciclopédias, fascículos, fotografias, jornais, leis, decretos, livros, mapas e globos, microfichas, monografias, relatórios oficiais, relatórios técnico-científicos, resenhas, revistas etc.
- e-*Meios magnéticos e eletrônicos*: arquivos em disquete, bases de dados em CD-ROM, boletins eletrônicos (BBS), e-mails, FTPs, discos, discos compactos (CD-compactdisc), fitas gravadas, homepages, filmes e vídeos, listas de discussões, microfilmes, slides (dispositivos) etc.
- f-*Reuniões científicas*: congressos, jornadas, reuniões, conferências, workshops etc.
- g-*Notas de aula*.

Nesse viés, procurou-se utilizar nesta pesquisa documentos Secundários (relatórios de estágio, livros e outras fontes impressas), Impressos (livros) e Notas de aula. Procurou-se também fazer um levantamento sobre o que tem sido pesquisado em relação à temática do presente trabalho, isto é, foi realizado um Estado de Conhecimento, que é definido pelas autoras Fernandes e Morosini (2014, p. 156) como:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia.

O Estado de Conhecimento foi feito por meio do Portal Brasileiro de Publicações Científicas Em Acesso Aberto (IBICT). Para esta investigação, foi realizada uma pesquisa entre os anos de 1996 e 2016 (vinte anos), tendo como palavras-chave do título das publicações *desigualdade, gênero e escola*. Outro critério de seleção foi o recorte de busca em artigos, artigos de evento, dissertação, tese e trabalho de conclusão de curso. Foram encontrados nessa busca apenas dois artigos em Português. Depois de feito isso, foram lidos esses dois artigos e foi criado um quadro com os dados obtidos, analisando as informações do ano de publicação, nome do autor/a, título, objetivos, metodologia e conclusões.

No segundo momento dessa pesquisa, foi feita a análise documental de alguns documentos produzidos durante o período em que realizei os estágios curriculares supervisionados do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus Erechim*. O primeiro estágio curricular supervisionado foi na disciplina “Estágio curricular supervisionado na Educação Infantil”, no oitavo semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFFS. Este primeiro estágio foi realizado em uma escola municipal de periferia da cidade de Erechim/RS durante um período de vinte dias/oitenta horas, em uma turma de Maternal II com quinze crianças de faixa etária entre três e quatro anos.

O segundo estágio curricular supervisionado foi na disciplina “Estágio curricular supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, no nono semestre da referida universidade do referido curso. Este segundo estágio foi realizado em uma escola estadual de um bairro próximo ao centro da cidade de Erechim/RS durante um período de vinte dias/oitenta horas, em uma turma de quarto ano com dezessete crianças de faixa etária entre nove e dez anos.

Em relação à análise e interpretação de documento, Bervian e Cervo (2007, p. 81) afirmam que “chega então o momento da leitura, análise e interpretação dos documentos. Antes, porém, convém saber como se há de registrar cuidadosamente os dados selecionados para maior eficiência”. Nesse sentido, Bogdan e Biklen (1994, p. 77) ainda ressaltam que:

Ainda que as conclusões a que chega possam, por razões ideológicas, não lhe agradar, e se possam verificar pressões por parte de terceiros para apresentar alguns resultados que os dados não contemplam, a característica mais importante de um investigador deve ser a sua devoção e fidelidade aos dados que obtém. Confeccionar ou distorcer dados constitui o pecado mortal de um cientista.

Sob esse foco, sempre devem prevalecer os princípios da ética e os dados de uma pesquisa jamais devem ser alterados ou ‘maquiados’, o que deve prevalecer acima de tudo são as conclusões fidedignas do que se foi pesquisado.

Depois de feito isso, começou o processo de análise documental de alguns dos materiais selecionados que foram produzidos durante o período dos estágios em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os quais tiveram seus textos analisados pelo viés da Análise de conteúdo. Bardin (2010, p. 47) define Análise de Conteúdo como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”.

Dessa maneira, no estágio em Educação Infantil, serão analisadas algumas falas que foram previamente anotadas em um diário de bordo juntamente com algumas fotografias das crianças. E, no estágio de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, serão analisadas duas atividades que foram realizadas com os alunos, conforme segue no quadro abaixo:

ATIVIDADE 1:	ATIVIDADE 2:
O que é ser menino/a para você?	<p>Como a sociedade enxergou os meninos e as meninas durante muito tempo?</p> <p>Como a sociedade enxerga os meninos e as meninas atualmente e como gostaríamos que fosse nos dias atuais?</p>

A partir das atividades desenvolvidas, criamos duas categorias de análise, que são assim definidas por Bardin (2010, p. 145): “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”. Nesse sentido, as duas categorias criadas foram *Papéis de gênero na perspectiva das crianças* e *Concepções das crianças sobre gênero, sexo e sexualidade*, as quais serão apresentadas a partir de agora, no capítulo das análises dos dados.

Para responder a pergunta da atividade número 1, as crianças não tiveram nenhum tipo de contato com material sobre gênero. Foi uma atividade desenvolvida com elas no início do estágio. E, para responder as perguntas da atividade número 2, as crianças tiveram contato no decorrer das aulas com materiais sobre gênero, dentre eles vídeos, estatísticas e textos.

Depois de feita a Análise Documental, elaboramos um capítulo de proposições – *Por uma educação feminista*. Neste capítulo são levantadas questões de estereótipos que estão presentes na trajetória e no crescimento das crianças, apresentando em contrapartida alguns questionamentos e proposições em relação a isso. Por último, teremos as considerações finais.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo será apresentada a análise realizada a partir de algumas atividades desenvolvidas durante o período dos meus estágios em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Curso de Licenciatura em Pedagogia. O Estágio de Educação Infantil ocorre no oitavo semestre da graduação e o Estágio de Anos Iniciais do Ensino Fundamental ocorre na nona fase. Ambos são compostos por um mínimo de três dias/doze horas de observação da turma na qual será realizado o estágio, para, posteriormente, elaborar o projeto, o qual deverá ser aprovado primeiramente pela universidade e, logo em seguida, pela escola onde a prática será desenvolvida. Após a aprovação da escola e ajustes quando há necessidade, é realizada então a prática na sala de aula, que tem duração de vinte dias/oitenta horas. Após a realização da prática, é então elaborado o relatório de estágio.

Primeiramente, torna-se necessário compreender o motivo da escolha desses documentos para a investigação. Quando o meu interesse pela temática deste trabalho tornou-se claro, logo pensei em realizar os meus estágios também sobre este tema, a fim de poder aproveitar meu próprio material para a Análise de Dados de meu Trabalho de Conclusão de Curso.

No primeiro estágio, que foi o estágio de Educação Infantil, decidi levar o Canto Temático do salão de beleza e barbearia do Maternal B II, uma vez que “nos cantos temáticos os jogos de papéis são reveladores, pois as crianças podem ser o que quiserem [...] neles, as crianças brincam, interagem, falam e criam histórias” (FIUZA, 2016, p. 14). Nesse sentido, pensei fazer do canto temático um lugar onde as crianças conseguissem desenvolver a imaginação, onde elas pudessem criar e imaginar, ser o que quisessem ser. A turma em que foi desenvolvida a proposta era uma turma de Maternal B II, composta por quinze crianças, com idade entre três e quatro anos, sendo nove meninas e seis meninos.

No segundo estágio, que foi o estágio de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pensei em fazer primeiramente uma atividade sem as crianças terem contato com o material sobre gênero (que consistia na atividade de responder a pergunta *O que é ser menino/a pra você?*) e, posteriormente, fazer outra atividade depois que elas tivessem contato com textos, vídeos, estatísticas, etc. sobre gênero. Sendo assim foi realizada uma atividade na qual as crianças deveriam responder as perguntas: *Como a sociedade enxergou os meninos e as meninas durante muito tempo?* e *Como a sociedade enxerga os meninos e as meninas atualmente e*

*como gostaríamos que fosse nos dias atuais?* A turma era composta por dezessete alunos, sete meninos e sete meninas, de idade entre nove e dez anos em uma turma de quarto ano.

Os dois estágios são de extrema importância para os acadêmicos, pois oportunizam muitas possibilidades de troca de conhecimentos, saberes construídos juntos e experiências vividas. São também desafiadores, uma vez que, por meio deles, é possível colocar em prática um pouco da teoria adquirida ao longo da formação, sendo muito importantes para a formação acadêmica e para a futura profissão do ser professor.

A seguir serão apresentadas as categorias de análise que foram intituladas *Papéis de gênero na perspectiva das crianças*, na qual será descrita a atividade elaborada no Estágio de Educação Infantil e, em seguida, a categoria *Concepções das crianças sobre gênero, sexo e sexualidade*, na qual serão descritas as atividades elaboradas durante o estágio de Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

## 5.1 PAPÉIS DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS

Nesta categoria serão encontradas as análises do Estágio de Educação Infantil, que consiste em falas das crianças referentes ao Canto Temático do Salão de Beleza e Barbearia do Maternal. No estágio de Educação Infantil, logo no primeiro dia de aula já levei o canto temático para as crianças, expliquei que tinha trazido uma brincadeira um pouco diferente, na qual eles poderiam brincar sozinhos ou junto com seus colegas e que poderiam brincar e se divertir muito. Para Barboza e Volpini (2015, p. 20)“ [...] organizar cantos temáticos irá permitir que a criança tenha escolhas em brincar sozinha ou em pequenos grupos, e, além disso, permitirá que a criança desenvolva a sua criatividade, possibilitando assim, diferentes formas de linguagens”. Dentro da concepção das linguagens geradoras, baseando-se em Junqueira Filho (2005), podemos considerar linguagem todas as concepções, estratégias, produções e realizações verbais e não verbais. Tudo é linguagem, dança é linguagem, música é linguagem, brincadeira é linguagem. Dessa forma, primeiramente mostrei a caixa que serviu para ser montada a estrutura, que foi a mesa do salão, e mostrei as duas cadeiras. Questionei-os para ver se imaginavam o que seria feito com aqueles materiais. Inicialmente um aluno menino falou:

– *Eu acho que é pra gente desenhar na caixa.*

Em seguida, uma aluna menina disse:

– *Não, eu acho que dentro vai ter um monte de bonecas e brinquedos.*

Para ajudá-los, eu falei:

– *Então, pra ajudar vocês a descobrir, vou mostrar outras coisas que eu trouxe e estão nesta sacola.*

Estávamos em círculo e eu comecei a tirar de dentro de uma sacola item por item. As crianças foram se passando para que todos pudessem pegar e olhar de perto cada objeto. Tinha escova de cabelo, perfume, gel, fixador, batom, espelhos, prendedores de cabelo, maquiagens, pente, colares, pulseiras, anéis, *dinheirinho*, tiaras, pincéis de maquiagem, etc. As crianças ficaram encantadas e logo um aluno menino disse:

– *Já sei profe, é um salão de beleza!*

Aluno menino: *Mas profe, salão de beleza é coisa de menina!*

Estagiária: *Tem certeza que é coisa de menina? Quem de vocês corta o cabelo?*

Turma: *Eu!*

Estagiária: *Quem de vocês corta as unhas?*

Turma: *Eu!*

Estagiária: *Quem de vocês lava os cabelos?*

Turma: *Eu!*

Estagiária: *Então será mesmo que salão de beleza é uma coisa que só as meninas podem ir?*

Aluno menino: *Não profe!*

Aluno menino: *Salão é de menino também né profe!*

Aluno menino: *Eu vou querer brincar no salão!*

Aluna menina: *A gente pode fazer de conta que tá no salão de verdade né profe, um pode ser o que arruma os cabelos, outro pode pintar as unhas, outro pode fazer maquiagem. Tudo de mentirinha né profe, tudo uma brincadeira e todos podem brincar.*

Aluna menina: *A minha mãe vai no salão profe.*

E assim continuou o diálogo com todos concordando que todos poderiam brincar juntos no salão e que salão de beleza não era somente ‘*coisa de menina*’. Nesse viés, Carvalho e Vargas (2011, p. 6) afirmam que:

A naturalização de determinadas características como *naturalmente femininas* corrobora com a constituição do que podemos chamar de *ideário feminino* a partir do qual se passou a esperar que as mulheres se comportassem de maneira diferenciada em relação aos homens e que as meninas conduzissem seu comportamento de modo diverso aos meninos.

Contudo, com a fala das crianças pode-se perceber que muitas vezes o que ocorre é que, de tanto naturalizarmos determinados discursos e de tanto as crianças ouvirem determinados estereótipos, elas acabam reproduzindo e acreditando que aquilo é correto e verdadeiro. Elas afirmam que ‘é coisa de menina’ sem saber o porquê estão falando aquilo, simplesmente por terem ouvido alguém falar, por isso torna-se necessário sempre repensarmos a nossa fala. Nesse sentido, Carvalho e Vargas (2011, p. 9) contribuem afirmando que a “naturalidade [...] nos torna prisioneiros de nossos próprios discursos”.

**Imagem 1:** Todos eufóricos querendo ver e explorar tudo



**Fonte:** Arquivo Pessoal

**Imagem 2:** Pulseira cor de rosa



**Fonte:** Arquivo Pessoal

**Imagem 3:** Descobrimo o batom



**Fonte:** Arquivo Pessoal

**Imagem 4:** Descobrimo as sombras



**Fonte:** Arquivo Pessoal

Ao analisar as falas das crianças do estágio de Educação Infantil, pode-se perceber que no primeiro momento as crianças falaram que o salão era *'coisa de menina'*, mas foi muito rápido e com apenas alguns questionamentos que elas perceberam que salão não era somente de menina e que todos poderiam brincar e se divertir juntos. E assim eles fizeram. No primeiro dia de aula elaboramos alguns combinados em relação ao salão para não haver brigas, pois todos estavam eufóricos para brincar e experimentar tudo. Com isso, podemos

perceber que com crianças pequenas (três e quatro anos) o processo de desconstrução de um estereótipo que eles tinham – que o salão era ‘coisa de menina’, foi muito rápido e fácil desconstruir, com apenas alguns simples questionamentos. Nesse sentido, Carvalho e Guizzo (2016, p. 195) afirmam que “[...] os modos de se comportar, as condutas e os papéis assumidos pelos sujeitos são produzidos pela sociedade e pela cultura”. Portanto, cabe a nós educadores repensarmos nossas falas e atitudes.

Na categoria a seguir, que foi denominada como *Concepções das crianças sobre gênero, sexo e sexualidade*, serão apresentadas as duas atividades realizadas com as crianças do Estágio de Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

## 5.2 CONCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE

Nesta categoria serão analisadas duas atividades desenvolvidas com uma turma de quarto no estágio de Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A primeira atividade realizada foi logo aos primeiros dias do meu estágio. As crianças precisaram responder uma pergunta: *O que é ser menino/a pra você?* Elas responderam em seus respectivos cadernos. As respostas encontram-se no quadro abaixo:

**Quadro1:** O que é ser menino/a pra você?

<b>O que é ser menino/a pra você?</b>	
<i>1 – Aluna menina: Ser menina pra mim as vezes é muito chato, porque a gente tem que ser sempre meiga e querida, tem que fazer o serviço da casa e também a gente não é notada nos lugares.</i>	<i>2 – Aluno menino: Ser menino pra mim é ser forte, valente e não pode chorar, as vezes eu não gosto porque eu sou pequeno e sofro bullying.</i>
<i>3 – Aluna menina: Ser menina pra mim é ser meiga, comportada e se maquiar.</i>	<i>4 – Aluno menino: Ser menino pra mim é ser trabalhador, que sustenta a casa, o chefe da família.</i>
<i>5 – Aluno menino: Ser menino pra mim é ser forte e não chorar, e gostar de futebol.</i>	<i>6 – Aluna menina: Ser menina pra mim é ser meiga, gostar de maquiagem, ter cabelos compridos e estar sempre bem arrumada.</i>
<i>7 – Aluno menino: Ser menino pra mim é gostar de futebol, gostar de carros e ser forte.</i>	<i>8 – Aluna menina: Ser menina pra mim é ser bem comportada, ser querida, meiga e doce, e também gostar de se maquiar.</i>

9 – Aluna menina: <i>Ser menina pra mim é ser educada e inteligente, ser bonita, se arrumar, gostar de maquiagem e ter os cabelos compridos.</i>	10 – Aluna menina: <i>Ser menina pra mim é gostar de bonecas, ser meiga e gentil.</i>
11 – Aluno menino: <i>Ser menino pra mim é ser valente e não chorar.</i>	12 – Aluna menina: <i>Ser menina pra mim é ser comportada, se maquiar e gostar de moda.</i>
13 – Aluno menino: <i>Ser menino pra mim é ser forte, não chorar, gostar de futebol e carros.</i>	14 – Aluno menino: <i>Ser menino pra mim é ser forte, gostar de luta, de futebol e de carros.</i>

**Fonte:** Elaborado pela autora

Após as crianças responderem a primeira pergunta, com o passar dos dias elas tiveram contato com vídeos, estatísticas e textos sobre feminicídio e igualdade de gênero<sup>2</sup>, ouviram músicas, realizaram pesquisa sobre profissões e médias salariais, leram textos da coleção Boitatá (*As mulheres e os homens; O que são classes sociais; A ditadura é assim e A democracia pode ser assim*), dentre outras atividades desenvolvidas. Após todo o contato com essa temática, elas desempenharam uma segunda atividade mais no final do estágio, na qual precisaram responder algumas perguntas: *Como a sociedade enxergou os meninos e as meninas durante muito tempo?* E a outra pergunta: *Como a sociedade enxerga atualmente e como gostaríamos que fosse nos dias atuais?* As respostas encontram-se no quadro abaixo:

**Quadro 2:** Como a sociedade enxergou os meninos e as meninas durante muito tempo; Como a sociedade enxerga atualmente e como gostaríamos que fosse

<b>Como a sociedade enxergou os meninos e as meninas durante muito tempo...</b>	
<b>Como enxergavam os meninos</b>	<b>Como enxergavam as meninas</b>
1 – Aluno menino: <i>Os meninos não podiam usar rosa, nem brincar de boneca.</i>	1 – <i>As meninas não podiam brincar de carrinho e nem jogar bola.</i>
2 – Aluno menino: <i>A sociedade enxergou que são meninos só os que brincam de carrinhos.</i>	2 – <i>A sociedade enxergou que são meninas só as que brincam de boneca.</i>
3 – Aluno menino: <i>Só podiam brincar de carrinho e não podiam vestir rosa.</i>	3 – <i>Não podiam brincar de carrinho, usar azul, jogar futebol.</i>

<sup>2</sup>Vídeo Igualdade de gênero, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZCGLC-vziRc>

Vídeo Identidade de gênero, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VeySto94Emo>

Texto O que é igualdade de gênero, disponível em: <https://www.significados.com.br/igualdade-de-genero/>

4 – Aluno menino: <i>Os meninos não podiam usar rosa, brincar de boneca e de casinha e etc.</i>	4 – <i>Não podiam brincar de carrinho, de joga bola, e de várias outras coisas.</i>
5 – Aluno menino: <i>A sociedade via os meninos de forma superior. Onde os meninos deveriam gostar da cor azul, de futebol não chorar. Um valor superior ao das mulheres.</i>	5 – <i>A sociedade via as meninas de forma inferior aos meninos, as meninas tinham que gostar somente da cor rosa, de bonecas e as tarefas domésticas era somente delas.</i>
6 – Aluno menino: <i>Meninos brincando somente com carrinho.</i>	6 – <i>Eles acham que as meninas precisam brincar somente com as meninas e de boneca.</i>
7 – Aluno menino: <i>Os meninos não podiam usar rosa e brincar de boneca.</i>	7 – <i>As meninas não podiam brincar de carrinho, de jogar bola e de várias outras coisas.</i>
8 – Aluna menina: <i>Os meninos tinham que gostar de azul, de futebol e não podiam chorar.</i>	8 – <i>As meninas tinham que gostar de rosa, de boneca e serem bem comportadas.</i>
9 – Aluna menina: <i>Enxergou de um jeito que eles podia fazer tudo, com muita desigualdade com as mulheres.</i>	9 – <i>Que não podiam fazer nada, era tudo sem igualdade.</i>
10 – Aluna menina: <i>Chefes de família, diretores e presidentes.</i>	10 – <i>Dona de casa, companheira, obediente.</i>
11 – Aluna menina: <i>Os meninos tinham muito mais direitos que as meninas.</i>	11 – <i>As meninas eram criadas para cuidar do lar.</i>
12 – Aluna menina: <i>Trabalhavam nas lavouras e cuidavam dos animais e da família.</i>	12 – <i>Cuidavam da casa, das crianças, faziam afazeres domésticos e também caseiros, não tinham direitos e nem leis para elas.</i>
13 – Aluna menina: <i>Os meninos não podiam usar rosa e nem brincar de boneca, somente de carrinho.</i>	13 – <i>Não podiam brincar de carrinho e nem jogar bola, e nem várias outras coisas que eram consideradas somente de meninos.</i>
14 – Aluna menina: <i>Eram vistos com direitos diferentes, os meninos tinham mais direitos que as meninas.</i>	14 – <i>Eram vistas com direitos diferentes, as meninas tinham menos direitos que os meninos.</i>
<b>Como a sociedade enxerga atualmente e como gostaríamos que fosse nos dias atuais...</b>	
<b>Como enxerga os meninos</b>	<b>Como enxerga as meninas</b>

1 – Aluno menino: <i>Gostaria que meninos possa brincar de boneca e de casinha junto com as meninas e que possa usar rosa mas acho que ainda continua igual antigamente.</i>	1 – <i>Gostaria que as meninas pudessem brincar junto com os meninos.</i>
2 – Aluno menino: <i>Acho que continua tudo igual. Queria que fosse diferente e que todos pudessem brincar de tudo e fazer tudo o que querem.</i>	2 – <i>Acho que continua tudo igual também. Queria que todos pudessem brincar e fazer tudo que querem.</i>
3 – Aluno menino: <i>As vezes podem usar o que quiserem e brincar do que quiserem.</i>	3 – <i>As vezes podem brincar e fazer qualquer coisa.</i>
4 – Aluno menino: <i>Gostaria que menino possa usar rosa, que brinque de casinha, de boneca e de varias outras coisas. Mas acho que continua igual.</i>	4 – <i>Que meninas possa brincar de carrinho e possa brincar junto com os meninos, mas acho que continua igual.</i>
5 – Aluno menino: <i>Gostaria que a sociedade enxergasse meninos e meninas com os mesmos valores, mas acho que nada mudou.</i>	5 – <i>Gostaríamos que a sociedade enxergasse meninos e meninas com os mesmos valores, mas acho que nada mudou.</i>
6 – Aluno menino: <i>Acho que agora os meninos estão bem diferente. Gostaria de mais educação e respeito e menos celular e internet.</i>	6 – <i>Acho que agora as meninas não brincam de mais nada. Gostaria de menos celular e menos internet, que as meninas tenham mais educação e respeito.</i>
7 – Aluno menino: <i>Que meninos possa usar rosa e que brinque de boneca, mas acho que ta tudo como antigamente.</i>	7 – <i>Querem mais igualdade, mas acho que continua como antigamente.</i>
8 – Aluna menina: <i>Os meninos ainda tem que gostar das mesmas coisas de antigamente, gostaria que pudessem fazer suas escolhas.</i>	8 – <i>As meninas tem que ser comportadas e meigas, gostaria que elas pudessem ser como quisesses.</i>
9 – Aluna menina: <i>Alguns enxergam como as mulheres, mas gostaríamos que enxergassem igual.</i>	9 – <i>Alguns enxergam com respeito e direitos, mas ainda não enxergam igual.</i>
10 – Aluna menina: <i>São criados de forma diferente, são encorajados a serem ativos e independentes. Gostaria que fossem visto como meninos normais.</i>	10 – <i>As meninas são criadas para serem meigas e cuidadosas, a domesticidade e ao embelezamento. Gostaria que fossem vistas apenas como meninas e pudessem fazer o que quisesse.</i>

<i>11 – Aluna menina: Que os meninos devem respeitar as meninas. Gostaríamos que não houvesse tanta desigualdade.</i>	<i>11 – Que as meninas têm os mesmos direitos e deveres que os meninos. Gostaríamos que as meninas fossem mais respeitadas.</i>
<i>12 – Aluna menina: São um pouco mais igualitários, crescem aprendendo na escola que os direitos e os deveres deveriam ser iguais.</i>	<i>12 – Possuem mais direitos que antigamente e praticamente podem fazer as mesmas coisas que os meninos, mas gostaria que pudessem fazer tudo.</i>
<i>13 – Aluna menina: Gostaria que os meninos pudessem usar rosa e a cor que queiram. E que pudessem brincar com o que quisessem, mas ainda não é assim.</i>	<i>13 – Que as meninas pudessem usar a roupa que quisessem e brincar do que quisessem, mas ainda não é assim.</i>
<i>14 – Aluna menina: Nos dias atuais ainda existe um pouco de preconceitos. Gostaria que os direitos e deveres fossem iguais.</i>	<i>14 – Nos dias atuais os direitos e deveres ainda não iguais. Existe um pouco de preconceito. Mas as meninas estão lutando pelos seus direitos.</i>

**Fonte:** Elaborado pela autora

Ao analisar essa primeira atividade desenvolvida pelos alunos do estágio em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (*O que é ser menino/a para você?*), percebe-se que cinco das sete meninas responderam que ser menina é ser meiga e cinco também associaram o ser menina com a aparência – o gostar de maquiagem e gostar de se maquiar, ter cabelos compridos e estar bem arrumada. E **todas** associaram o ser menina ao comportamento, a como deve se comportar uma menina, uma inclusive acrescentou que ser menina “às vezes é muito chato”. Com as respostas das meninas, percebemos que elas reproduzem a fala do que escutam dos professores ou dos adultos, ou seja, elas reproduzem a fala do que se espera delas. Os autores Carvalho e Vargas (2011, p. 2) afirmam que os discursos dos docentes no caso das meninas geralmente não mudam, “entende-se que aquelas percebidas como bem comportadas, são descritas como sendo tranquilas, obedientes, reservadas, tolerantes, inteligentes, com bom vocabulário e incapazes de se envolverem em conflitos escolares”. Nesse viés, Carvalho e Guizzo (2016, p. 199) afirmam que “[...] mesmo que não intencionalmente, várias situações com as quais nos envolvemos e as quais colocamos em prática ensinam e dizem sobre gênero, sexualidade, diferença e educação.”

Por outro lado, quando analisamos as respostas dos meninos, constatamos que seis responderam que ser menino para eles é ser forte ou valente, quatro responderam que para ser menino não pode chorar e precisa gostar de futebol, três acrescentaram que para ser menino deve-se gostar de carros e um tem enraizado a ideia que para ser menino deve-se sustentar

uma casa, ser o “chefe da família”, trabalhador. Nesse sentido, os autores Carvalho e Vargas (2011, p. 3) contribuem afirmando que “em nossa sociedade, meninos aprendem desde muito cedo a jogar futebol, enquanto meninas [...] interessam-se pelas bonecas”. Ao comparar as respostas das meninas com as dos meninos, pode-se perceber o quanto os estereótipos de gênero estão reforçados desde muito cedo nas crianças. Para todas as meninas e meninos, o estereótipo está enraizado no comportamento. Porém, para as meninas, é o lado frágil, doce e angelical, enquanto os meninos devem ser fortes, valentes, corajosos e não podem chorar. Nesse sentido, os autores Carvalho e Vargas (2011, p. 1) afirmam que:

[...] a partir da perspectiva heteronormativa, determinados comportamentos são naturalmente diferenciados entre adequadamente masculinos ou femininos, fato que corrobora para a fixação de determinadas posturas apresentadas por alunos e alunas como normais, naturais em relação às identidades de gênero masculinas e femininas.

Em contrapartida, ao analisarmos a segunda atividade realizada pela turma do estágio em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (*Como a sociedade enxergou os meninos/as durante muito tempo, como enxerga atualmente e como gostaríamos que fosse*), percebe-se o quanto as crianças avançaram nas suas problematizações e o quanto elas observam e estão atentas para as falas dos adultos. Quatro dos sete meninos afirmam em suas respostas que a sociedade enxerga os meninos como quem não pode usar rosa e três acrescentam que para a sociedade meninos não podem brincar de boneca. Todos afirmam que a sociedade julga os meninos pela cor que se vestem ou brinquedo que brincam. E, quando os meninos respondem sobre como a sociedade enxerga as meninas, todos associam com os brinquedos, que menina não pode brincar de carrinho e jogar futebol, ou que menina tem que gostar de boneca e só brincar com menina, um inclusive acrescenta que a sociedade enxerga as meninas de uma maneira inferior aos meninos e que as tarefas domésticas são vistas como tarefas femininas. Nessa perspectiva, os autores Carvalho e Guizzo (2016, p. 195) afirmam que:

Muitos professores assumem esse discurso demarcando as diferenças entre meninos e meninas em suas práticas pedagógicas. É possível perceber a demarcação dessas diferenças quando, por exemplo, professores ensinam, mostram, definem e reiteram quais brinquedos devem ser utilizados por meninos e/ou por meninas.

Quando analisamos as respostas sobre como gostaríamos que fosse e como a sociedade enxerga atualmente essa questão, na visão dos meninos cinco responderam que continua tudo igual. Alguns responderam que gostariam de brincar junto com as meninas, de boneca ou casinha, que gostariam de usar rosa e queria que todos pudessem brincar de tudo e fazer tudo o que quisessem. Um inclusive acrescentou que gostaria de igualdade entre meninos e meninas. E, em relação às meninas, quatro meninos responderam que continua

tudo como antigamente, o restante respondeu que gostariam que as meninas pudessem brincar junto com os meninos, brincar e fazer o que quisessem.

Por outro lado, ao analisarmos as respostas das meninas em relação aos meninos, três afirmam que gostariam de igualdade, duas afirmam que gostariam que eles pudessem fazer suas próprias escolhas, uma afirma que continua como antigamente e uma afirma que a sociedade enxerga os meninos como ativos e independentes. Nas respostas sobre como a sociedade enxerga as meninas atualmente e como elas gostariam que fosse, duas respondem que a sociedade ainda enxerga as meninas como pessoas que devem ser meigas e comportadas, quatro afirmam que gostariam de igualdade, uma afirma que gostaria de ser mais respeitada e duas dizem que gostariam de poder fazer tudo. Nesse sentido, os autores Carvalho e Vargas (2011, p. 3) afirmam que:

[...] a repercussão de diversos discursos, produzidos em diferentes tempos e culturas, acabou por fomentar a constituição de habilidades em meninos e meninas em consonância com referências socialmente admitidas para a masculinidade e para a feminilidade.

Contudo, quando observamos a primeira atividade na qual as crianças não tiveram contato com a temática gênero, percebemos que elas possuem enraizadas no seu pensamento os estereótipos quando afirmam que ser menino/a tem a ver com a cor, o comportamento e o brinquedo, mas não questionam isso, não problematizam. Nesse viés, os autores Carvalho e Vargas (2011, p. 8) enfatizam que é “[...] extremamente necessário que a inscrição dos gêneros torne-se uma temática amplamente debatida nas escolas”. Contudo, visualizando a segunda atividade, na qual elas tiveram o contato com diversos materiais, percebemos que a maioria das meninas responde que quer ter igualdade com os meninos, porém acreditam que atualmente a sociedade julga os meninos e também as meninas como era antigamente, seja pela cor da roupa, pelo comportamento ou pelas brincadeiras. E os meninos também percebem esses estereótipos, pois a maioria afirma que continua tudo igual, mas que gostariam de brincar e poder fazer o que quisessem.

Quando colocamos as crianças em contato com essa temática, a qual raramente é abordada na escola, abrimos espaço para a reflexão, problematizações e questionamentos. Percebemos que o estereótipo e o preconceito vêm para a escola com a criança, através da sociedade e do âmbito familiar, pois as crianças crescem ouvindo que é pra ‘se comportar como uma menina’, ou que ‘menino não chora’, e crescendo ouvindo isso as crianças acabam acreditando que isso é o certo, e, quando algum colega da escola não faz o que eles pensam que é o certo, acaba acontecendo o preconceito e a discriminação. Nesse sentido, Carvalho e

Guizzo (2016, p. 192) contribuem afirmando que “[...] as políticas públicas e as curriculares têm um papel importante no que diz respeito ao processo de formação de professores (as) que tenham como meta a igualdade de gênero e a extinção de práticas sexistas”.

Diante disso, torna-se necessário tratar o foco do problema, e o foco está na escola e na sociedade, que vêm cada vez mais reforçando os estereótipos de gênero, inclusive reforçando isso para crianças muito pequenas. Podemos observar nitidamente esses estereótipos quando olhamos para a fala das crianças do estágio de Educação Infantil, que são crianças de três e quatro anos. Nesse sentido, Carvalho e Vargas (2011, p. 8) afirmam que:

“[...] no ambiente escolar, a linguagem utilizada e as práticas exercidas acabam por constituir sujeitos femininos e masculinos atravessados por determinadas marcas. Tais marcas são produzidas a partir de concepções heteronormativas, as quais regulam modos de ser e agir de meninos e meninas.”

Vale ressaltar que, quando a sociedade e a família reforçam os estereótipos de gênero, as crianças acabam acreditando nisso e reproduzindo isso na vida adulta quando esse tema não é abordado e problematizado em seu cotidiano da escola. Nesse viés, Carvalho e Guizzo (2016, p. 200) afirmam que:

[...] na medida em que a escola ainda é uma das mais importantes instâncias implicadas na produção das diferenças e no combate às desigualdades, torna-se imprescindível que as temáticas de gênero e sexualidade sejam abordadas no contexto da formação inicial e continuada de professores (as).

Contudo, ao abordar essa temática na escola, estaremos contribuindo para minimizar e combater cada vez mais esses preconceitos e estereótipos. “Como educadores, é preciso que nos voltemos para a problematização das práticas, no intuito de desconstruir a naturalidade das ações, dos discursos, dos sujeitos” (CARVALHO; VARGAS, 2011, p. 9). Nessa direção, o capítulo seguinte, intitulado *Por uma Educação Feminista*, visa contribuir com proposições voltadas para a educação na diversidade.

## 6 POR UMA EDUCAÇÃO FEMINISTA

Tendo em vista as discussões realizadas durante esse Trabalho de Conclusão de Curso, olhando criticamente para as falas das crianças que foram aqui apresentadas, podemos perceber que, quanto mais jovens são as crianças, mais fácil é o processo de desconstrução de estereótipos, e quanto mais velhos vão ficando, mais estão impregnados os estereótipos de gênero que depois perpetuam na vida adulta e permanecem na sociedade. Isso não significa que depois de adultos essa situação fica inalterável, porém acreditamos que fica mais difícil o processo de desconstrução. Considerando as atividades que foram apresentadas no presente trabalho e realizadas com o objetivo de perceber as relações e estereótipos de gênero enunciadas pelas crianças, esse capítulo tem o intuito de apresentar discussões e proposições para se pensar uma educação feminista.<sup>3</sup>

Nesse sentido, para iniciar o debate, iniciamos com a afirmação da autora Adichie (2016, p. 10, grifo nosso), que afirma “*Porque você é menina nunca é razão para nada. Jamais*”. Torna-se necessário ensinar que ‘papéis de gênero’ são totalmente irracionais, que saber fazer tal coisa não vem instalado no órgão genital e é preciso excluir de nossas falas absurdos como: “Sente como uma menina” ou “Se comporte como uma menina normal”. Para saber desempenhar os afazeres, deveres, trabalhos, etc., tudo é passível de se aprender e fazer tarefas ou atividades são habilidades que se adquirem ao longo da vida, as quais hipoteticamente mulheres e homens deveriam ter.

Outra questão relevante que acaba tornando-se muito corriqueira no cotidiano da vida das crianças é a questão das cores. A autora ressalta que o “gênero das cores é totalmente um absurdo”, citando como exemplo as cores de roupas – Por qual motivo as roupas das crianças não são expostas por tamanho? Por que são expostas por cores? Ou por masculino e feminino? Questões como essa precisam ser abordadas e problematizadas para que se inicie um processo de desconstrução de estereótipos e, quando pensamos em questões assim, geralmente ficamos sem respostas.

Tal como esses exemplos, temos milhares de outros, de paradigmas construídos socialmente e que, quando alguém rompe com algum desses paradigmas, terá como

---

<sup>3</sup> O movimento feminista é entendido de diversas maneiras. Concordo com Adichie (2016) quando ela defende o movimento de uma maneira que dá visibilidade para a mulher, destacando o gênero como uma construção social e cultural, e acima de tudo, reconhecendo a mulher como um indivíduo que luta e busca pelos seus direitos. Feminismo, então, acima de tudo, nos remete a problematizar questões de gênero e heteronormatividade construídas e impostas em nossa sociedade. Eu entendo como feminismo a equidade entre os homens e as mulheres.

consequência algum sofrimento. Quando na escola um menino é incentivado a jogar futebol enquanto a menina é incentivada a ir às aulas de *ballet*, estamos cometendo uma enorme desigualdade de gênero. Os interesses devem obrigatoriamente partir por parte das crianças. As atividades, brinquedos, roupas e brincadeiras devem estar separadas por tipos, e não por gênero. Quando podamos uma menina querendo brincar de astronauta, por exemplo, estamos cortando a imaginação e a criatividade dela em fazer o seu jogo simbólico. “As crianças não são criativas, não agora. Não no nosso tempo”. (STACCIOLI, 2011, p. 31). Segundo Staccioli (2011), as crianças não são criativas, mas podem tornar-se. E o papel do professor será o de mostrar a elas o desconhecido e o novo, contribuir para a formação de sua criatividade. Estimular o desenvolvimento das crianças por meio da troca de experiências e conhecimentos, por meio de atividades prazerosas, aventuras, mostrando, assim, novas visões de mundo.

Deve-se desejar a melhor versão da criança. “Se não empregarmos a camisa de força do gênero nas crianças pequenas, daremos a elas espaço para alcançar todo o seu potencial” (ADICHIE, 2016, p. 11). Nesse viés, desejar a melhor versão da criança não é o que se espera que uma menina ou um menino seja ou faça simplesmente por ser do gênero masculino ou feminino e sim querer que essa criança seja o melhor de si. “Ser feminista é como estar grávida. Ou se é ou não se é. Ou você acredita na plena igualdade entre homens e mulheres, ou não” (ADICHIE, 2016, p. 12). Precisamos acreditar de fato na igualdade e equidade de gênero, devemos ensinar as crianças desde muito cedo sobre o direito da igualdade. Quando criticamos uma situação em uma mulher, mas não criticamos a mesma situação em um homem, não temos problema com a situação em si, mas sim com o fato de ter sido na mulher. Nesse sentido, Finco (2010, p. 106) afirma que:

Muitas vezes, meninas e meninos procuram corresponder às expectativas expressas por suas professoras. Pesquisas apontam que as justificativas para as diferenças de desempenho escolar entre as meninas e os meninos [...] estão relacionadas às representações e às expectativas dos(as) professores(as) quanto a caracterizações dos comportamentos: as meninas são apontadas como mais responsáveis, dedicadas, comunicativas, estudiosas, interessadas, sensíveis, atentas. Enquanto aos meninos são atribuídos: são malandros, não tem hábitos de estudo, não ficam em casa para estudar, saem para jogar bola, faltam às aulas, são dispersivos, têm interesses fora da escola, são agitados, não prestam atenção, ainda que mais inteligentes.

Adichie (2016) evidencia a importância de darmos exemplos às crianças nas situações do dia a dia, exemplos de situações em que a desigualdade ocorre, exemplos de palavras banalizadas e ditas como normais. Sempre reforçando e reiterando que as mulheres não devem ser tratadas de tal maneira pelo fato de serem mulheres, por serem “frágeis”; mas sim, por serem seres humanos, cidadãs que possuem o direito do respeito, o direito de serem

tratadas de maneira igualitária com os homens e com qualquer cidadão. As meninas são doutrinadas a serem boazinhas, meigas, doces e frágeis, enquanto os meninos são instruídos a serem fortes e valentes, e isso é muito preocupante. A autora reitera que o que se deve ensinar tanto para meninas quanto para meninos é que eles devem ser pessoas que possam dizer não quando desejam e que se imponham, que possam dar a sua verdadeira opinião sobre os fatos, pois, doutrinando as meninas para serem boazinhas num sentido pejorativo, meigas, doces e frágeis, provavelmente em uma situação de desrespeito e abuso elas ficarão sem saber como se portar, ficarão caladas, pois são boazinhas demais, possuem a necessidade de agradar e não ser ‘mal educada’, estão condicionadas a assumir uma postura que contente e sempre agrade os outros.

“Se ela gostar de maquiagem, deixe-a se maquiar. Se ela gostar de roupas de moda, deixe-a usar. Mas, se não gostar, deixe também” (ADICHIE, 2016, p. 21). Diante de tal afirmativa, a autora nos remete a pensar sobre os interesses que são vistos como tradicionalmente femininos e que, quando não seguidos, acabam colocando a mulher em uma posição de vergonha e de culpa. Diante disso, a autora sugere jamais associar aparência com moral e que isso deve ser afirmado sempre para as crianças. O que se deve dizer é que o modo de se vestir está associado ao gosto de cada pessoa e nunca à moral.

“As crianças copiam e aprendem pelo exemplo” (ADICHIE, 2016, p. 22). Outro ponto relevante abordado pela autora é referente às construções sociais de bonito e de feio, os estereótipos de beleza. Ela enfatiza que devemos pensar em uma educação livre desses estereótipos construídos socialmente e culturalmente. Afirma que devemos valorizar cada criança e dizer o quanto a admiramos, o quanto ela é bonita, e que não existe um padrão de beleza, o que é bonito para um pode não ser para o outro, e que o mais bonito de tudo são as atitudes de cada pessoa, que atitudes justas e honestas tornam uma pessoa bonita.

Retomando sobre a questão do sexo biológico, Adichie (2016, p. 23-24) diz que “[...] a biologia é um assunto interessante e fascinante, mas que nunca a aceite como justificativa para qualquer norma social, pois são criadas por seres humanos, e não existe norma social que não possa ser alterada”. Ou seja, o que se deve fazer é começar a desconstruir desde muito cedo os padrões e situações construídas socialmente sobre os privilégios dos homens por serem homens. Não pode haver privilégio de gênero, nem masculino e nem feminino, deve haver igualdade.

“Nos discursos sobre gênero, às vezes, há o pressuposto de que as mulheres seriam moralmente ‘melhores’ do que os homens. Não são. Mulheres são tão humanas quanto os homens. A bondade feminina é tão normal quanto a maldade feminina” (ADICHIE, 2016, p.

27). Com essa afirmação, podem-se perceber mais uma vez o quanto a igualdade de gênero faz-se necessária, pois, muitas vezes, as pessoas são o que esperamos que elas sejam, e não realmente o que elas são. Desta maneira, deve-se sempre esperar o melhor das pessoas, e não esperar por um estereótipo construído socialmente do que se espera delas.

Ensine-lhe sobre diferença. Torne a diferença algo comum. Torne a diferença normal. Ensine-a a não atribuir valor à diferença. [...] Porque a diferença é a realidade do nosso mundo. E, ao lhe ensinar sobre diferença, você a prepara para sobreviver num mundo diversificado. (ADICHIE, 2016, p. 28).

Precisamos construir práticas pedagógicas com as crianças nas quais seja dado valor à diferença, diversidade e ao respeito. Fazendo isso, cada vez mais viveremos em uma sociedade livre de homofobia, julgamentos, preconceitos, ódio, discriminação e violência. Quanto mais for ensinado às crianças sobre diversidade, menos problemas futuros existirão, pois, quando se pensa em normatividades, quem está fora desta forma padrão sofre consequências e acaba sendo excluído e inferiorizado. E para a escola ser inclusiva ela deve conseguir fazer com que todos e cada um no seu nível, possibilidades e limitações, consigam aprender a se desenvolver integralmente, uma escola que respeita as diferenças; que cria um ambiente rico em diferentes estímulos para aprender o mesmo objeto, tendo em vista as diferenças. (BRASIL, 1996). Nessa perspectiva, é preciso pensar em propostas potencializadoras, livres de qualquer tipo de preconceito ou estereótipos construídos socialmente, propostas que potencializem o desenvolvimento da criança em todo o seu contexto e que as incluam em tudo, fazendo, assim, com que cada criança sinta-se importante e protagonista da prática pedagógica. Nesse sentido, os autores Barcena e Melich (2014) mostram um caminho para que o protagonismo seja possível:

Uma Pedagogia que não pode evitar pensar o que pretende – a educação – se não como uma *ação narrada* e capaz de seguir narrando-se, atenta, pois ao que já foi “dito”, mas, sobretudo responsável pelo que ainda está por “dizer”: o radical começo de que cada sujeito como nascido, pode ser protagonista. (BARCENA; MELICH, 2014, p. 102).

Desta forma, para organizar as situações de aprendizagem também se torna necessário pensar na diversidade de materiais e nas diferentes maneiras em que podem ser desenvolvidas. É importante sempre proporcionar situações em que seja possível fazer uso da imaginação e da criatividade das crianças, compreendendo elas como seres capazes e criadores, acolhendo e incluindo as diferenças, fazendo com que as crianças percebam que a diferença não deve ser motivo para o preconceito.

A partir do referencial teórico acima, é possível perceber o quanto falas e práticas corriqueiras são preconceituosas e desiguais, e o quanto é urgente uma mudança. Situações acabam parecendo “normais” porque são muito comuns e não são questionadas. Diante desse cenário, necessitamos questionar, repensar uma educação na direção que, no futuro e nas gerações futuras, a igualdade e a equidade de gênero, que é tão almejada, seja também possível e alcançada.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, no decorrer dessa pesquisa, que a desigualdade de gênero é um tema que está ganhando cada dia mais espaço de discussão no âmbito escolar, porém aprendemos também que ações de igualdade de gênero se fazem necessárias e indispensáveis na escola para minimizarmos possíveis desigualdades e preconceitos futuros.

Entretanto, a maioria das escolas possui certa dificuldade em abordar essa temática, uma vez que ela ainda é considerada por muitos como *tabu*. Neste sentido, com base na pesquisa desenvolvida e experiências vivenciadas no decorrer dos estágios durante a graduação em Pedagogia, entende-se que há a necessidade de inclusão das temáticas de gênero na área da educação e no âmbito escolar.

Durante a pesquisa, buscou-se entender como ocorre a desigualdade de gênero entre meninos e meninas na escola. Os principais objetivos foram: discutir a desigualdade de gênero e a educação; problematizar e refletir sobre as ações que contribuem para a igualdade de gênero no âmbito escolar numa perspectiva de educação feminista e analisar materiais de estágio e materiais produzidos pelos alunos em relação à temática do presente trabalho.

A metodologia utilizada nessa pesquisa teve como base revisões bibliográficas e documentais, e trouxe como fontes para a pesquisa livros, artigos, teses, documentos legais e pedagógicos, a fim de ressaltar as contribuições teóricas e percepções com relação ao conteúdo investigado. Além disso, foram escolhidos alguns materiais produzidos com as crianças durante os estágios de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental para elaborar a análise documental.

A partir das análises realizadas com os documentos produzidos durante o período dos meus estágios, pode-se perceber que os estereótipos de gênero são construídos socialmente e no meio onde vivemos. Sendo assim, podem também ser desconstruídos. Percebemos, ainda, que os estereótipos de gênero e a reprodução deles estão impregnados mesmo em crianças bem pequenas, com três e quatro anos, mas, em contrapartida, observamos também que quanto mais novas as crianças, mais fácil será o processo de desconstrução. Percebemos isso com as crianças da Educação Infantil, que, no mesmo dia em que todos afirmaram e concordaram que salão de beleza era ‘coisa de menina’, apenas com duas ou três perguntas e questionamentos eles perceberam e afirmaram que não era somente de menina.

Por outro lado, mais um aspecto relevante que se pode perceber foi na análise dos materiais de estágio realizada com as crianças do quarto ano do Ensino Fundamental. Notamos que, na primeira atividade realizada, a qual as crianças não tinham contato com

nenhum material sobre a temática gênero, elas apenas reproduziam os estereótipos que tinham ouvido alguém falar, porém, depois de terem o contato com a diversidade de materiais, elas conseguiram expressar uma outra possibilidade de visão e opinião sobre o tema.

Constatamos com este trabalho que a desigualdade de gênero ocorre em inúmeras situações no cotidiano das crianças. Ela acontece por meio das brincadeiras, quando é separado ‘o que é de menino e o que é de menina’; nas atividades físicas, como, por exemplo, o futebol para os meninos e o *ballet* para as meninas; ocorre também por meio das cores, predominando que o rosa é uma cor de menina, enquanto o azul é de menino; e acontece, inclusive e na maioria das vezes, nos discursos e falas estereotipadas, como, por exemplo, ‘sente como uma menina; comporte-se como uma menina; menino não chora; menino deve ser valente’, dentre outras inúmeras maneiras.

Constatamos também que, quando a desigualdade é praticada, ela pode ser muito prejudicial na trajetória das crianças. Podemos comprovar isso quando olhamos para as estatísticas de evasão escolar, quando observamos falas de adultos relatando episódios que aconteceram em sua infância e ficaram para sempre marcados em sua memória, quando a mulher é tratada de maneira machista por ser mulher e até mesmo quando olhamos para cargos de chefia e lideranças, que são, em sua maioria, liderados por homens.

Dessa forma, torna-se indispensável e fundamental que os professores estejam em constante busca de um embasamento teórico que os faça refletir sobre sua prática em sala de aula e que, juntamente com a escola e a comunidade escolar, possam levar para a sala de aula temas que não são corriqueiros, mas que são extremamente importantes, como a temática gênero. O objetivo é que, possam mediar e intervir em possíveis situações de preconceitos e estereótipos que possam ocorrer no dia a dia das crianças.

Nesse sentido, a escola tem uma responsabilidade muito grande na questão da desigualdade de gênero. Ela precisa estar na constante busca de conhecimento desses temas que ainda são considerados por muitos como *tabus* para que, assim, possam ser problematizadas as relações dominantes que já existem e para que se possa construir e criar um olhar multicultural para uma intervenção libertária e democrática.

Consideramos necessário e fundamental o aprofundamento dos estudos sobre a temática gênero e reconhecemos a necessidade de implementar práticas pedagógicas nas escolas que abordem esse tema. Somente com políticas de inclusão das temáticas de gênero nas escolas e com investimento na formação continuada de professores é que poderemos alcançar a igualdade de gênero e conseguiremos eliminar práticas preconceituosas e estereotipadas.

Portanto, ao final desse Trabalho de Conclusão de Curso, baseado nos referenciais teóricos, nas análises documentais e nas experiências vivenciadas, pode-se concluir que, ao abordarmos gênero na escola e aproximarmos as crianças com essa temática, é possível desconstruir muitos estereótipos construídos socialmente e é possível minimizar muitos problemas em relação ao preconceito. Espera-se que esse trabalho seja relevante, que ele possa auxiliar e contribuir nessa discussão de desigualdade de gênero. Por fim, almejamos contribuir para que cada vez mais se construa um olhar multicultural e para que tenhamos escolas voltadas para a diversidade, auxiliando também para o desenvolvimento de novas pesquisas na área. Como sugestão para novas pesquisas, acredita-se que poderia ser feito um estudo de caso, observando, por exemplo, durante um período de um ano determinada turma escolhida (sendo dividido um semestre para observação e anotações e o outro semestre para elaborar estudos e atividades com a turma escolhida), e, após a observação, elaborar, então, estudos sobre a temática, os quais seriam discutidos com a turma, podendo, ao fim de um ano inteiro, fazer uma comparação do que permaneceu igual e do que mudou.

Conforme já citamos anteriormente nesta pesquisa, defendemos que a construção do conceito de gênero é uma questão cultural. Dessa forma, acreditamos que, para ser possível alcançar a igualdade de gênero entre os sexos e acabar com a desigualdade nas escolas e na sociedade, a primeira medida a ser tomada é falar sobre o assunto. Quanto mais conseguirmos abordar essa temática nas escolas e, por consequência, na sociedade, mais perto estaremos em alcançar a igualdade de gênero. Professores, desde a Educação Infantil, precisam oportunizar situações potentes para todas as crianças, independentemente do seu sexo; devem dar oportunidades para que as crianças possam expressar-se, criar, desenvolver-se, imaginar, brincar com todos os brinquedos, oportunizar momentos de contação de histórias com diferentes personagens (heróis e heroínas, moças ou vilãs, homens valentes ou sentimentais), deixar de lado estereótipos de comportamentos e padrões tidos como corretos e aceitáveis, priorizando o respeito e não fazendo distinção entre as crianças. Se fizermos assim, poderemos atingir nosso objetivo principal, que é acabar com a desigualdade de gênero.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Schwarcz, 2016.

\_\_\_\_\_. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. Editora Companhia das Letras, 2014.

ALVES, Douglas; MIKOLAICZIK, Daniê Regina. Diversidade sexual e identidade de gênero na legislação da Educação Básica: entre a hegemonia e o conflito. In: MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro (Org.). **Relações étnico-raciais e diversidade na escola**. Porto Alegre: Cirkula, 2016.

BARBOZA, Keila Cristina Alves; VOLPINI, Maria Neli. **A organização dos cantos temáticos na educação infantil**. 2015.

BÁRCENA, Fernando; MELICH, Joan Charles. **A educação como acontecimento ético**. Buenos Aires: Miño e Dávila, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2010.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Florianópolis: Revista de Estudos Feministas, vol. 19, n° 2, 2011. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000200016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000200016&script=sci_arttext). Acesso em: 05 de Ago. de 2017.

BEZERRA DA SILVA, Mytercia. **Projetos Pedagógicos: Ateliê sobre gênero e sexualidade**. Disponível em: <http://www.mundojovem.com.br/projetos-pedagogicos/projeto-atelie-sobre-genero-e-sexualidade>. Acesso em: 05 de Ago. de 2017.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei número 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010**. Brasília: MEC, 2013. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; GUIZZO, Bianca Salazar. Políticas Curriculares de Educação Infantil: **um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola**. Revista Educação e Contemporaneidade, v. 25, p. 191-201, 2016.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; VARGAS Juliana Ribeiro de. **(Re)educando meninas no Ensino Fundamental**: o léxico heteronormativo docente. In: III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença, 2011, João Pessoa - Paraíba. III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa - Paraíba: UFPB - UEPB, 2011.

\_\_\_\_\_. Protagonismo feminino e relações afetivas vivenciadas no recreio escolar dos Anos Iniciais: problematizando discursos docentes. **Revista Educação: Teoria e Prática**, v. 25, n. 49, 2015.

\_\_\_\_\_. *Meninos não choram e meninas não brigam*: permissividades e proibições constituindo identidades de gênero. **TEXTURA-ULBRA**, v. 13, n. 24, 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

FERNANDES, Cleoni Maria Barboza; MOROSINI, Marília Costa. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, 2014.

FERREIRA, Maria Mary. Relações de Classe e Gênero na Escola: revisitando conceitos de igualdade, desigualdade, diferença, classe e gênero. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 2014.

FINCO, Daniela. **Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FIUZA, Franciele Canabarro. **O brincar na educação infantil**: os cantos temáticos. 2016.

JUNQUEIRA, FILHO, Gabriel de Andrade. **Linguagens Geradoras**: seleção e articulação de conteúdos em Educação Infantil. Porto Alegre. Editora Mediação, 2005

KUHLMANN JR., Moyses. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR., Moyses. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 28 de Jun. de 2017.

MATHIEU, Nicole Claude. Diferenciação biológica, diferenciação social. In: Helena Hirata et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MUSSKOPF, André Sidnei. **Quando gênero, sexo e sexualidade se encontram**. Revista Tempo e Presença Digital, Rio de Janeiro, ano 3, v. 1, n. 8, Abril 2008. Disponível em: [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=161&cod\\_boletim=9&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=161&cod_boletim=9&tipo=Artigo). Acesso em: 12 de Ago. de 2017.

SILVA, Dayse de Paula Marquesda. Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola. **Revista Gênero, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero-NUTEG**, v. 8, n. 1, 2008.

STACCIOLI, Gianfranco. As di-versões visíveis das imagens infantis. **Pro-posições**. Campinas, v.22, p. 21-37, maio/ago.2011.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

VIEIRA, Vanessa Alves et al. Gênero e diversidade sexual nas escolas: uma questão de direitos humanos. **Carta Capital**, v. 17, 2015.

## ANEXOS

**DECLARAÇÃO**

Eu, Carla Talgatti, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 3073155123, inscrita no CPF sob o nº 004.537.050-81, residente na Avenida 7 de Setembro, nº 920/14, Erechim/RS, RESPONSÁVEL pela instituição Escola Municipal de Ensino Fundamental Cristo Rei DECLARO que a escola possui Termo de uso de Imagem (fotos e filmagens) das crianças aqui matriculadas e que as mesmas podem ser utilizadas pela acadêmica Gabriela Chagas com o fim específico de publicação de conteúdo pedagógico (incluindo a organização de relatórios específicos de estágio, trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos), sem qualquer ônus para a instituição e em caráter definitivo.

Número de telefone fixo/celular: (54) 999572109

Carla Talgatti  
Diretora EMEF  
Cristo Rei  
Portaria 1.980/2016

*Carla Talgatti*  
Assinatura e carimbo da diretora ou responsável

Erechim, 21 de novembro de 2017.

Escola: E.M.E.F Cristo Rei  
Estagiária: Gabriela Chagas